

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**



1150098287



FE

T/UNICAMP C914p

**“O PERCURSO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO INSTITUTO FEDERAL DE  
SANTA CATARINA - CAMPUS SÃO JOSÉ”**

  
Prof. Dr. Antonio Carlos Rodrigues de Amorim  
Coordenador Associado de Pós-Graduação  
Coordenador de Pesquisa  
Matrícula: 26.302-7

**Marcilio Lourenço da Cunha**

**ORIENTADORA: THERESA MARIA DE FREITAS ADRIÃO**

Dissertação de Mestrado apresentada à Comissão de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação, na área de concentração de Políticas, Administração e Sistemas Educacionais.

**PREZADO LEITOR**

Ao retirar o material bibliográfico, você se torna responsável por ele. Esperamos que faça bom uso e que tenha cuidado pois se houver qualquer dano (rascunho, recorte, etc.) ou extravio do mesmo, você será o responsável pela reposição.

**A DIREÇÃO**

**Campinas**

**2012**

**UNICAMP - FE - BIBLIOTECA**

Unidade FE  
T/UNICAMP

Cutter C9A1P  
V. Ed. 98284  
Tombo BC 16-94-28  
Proc. D  
C 1190  
Preço 2370,13  
Data 884467  
Cód. tit.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA  
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP  
ROSEMARY PASSOS – CRB-8ª/5751

914 Cunha, Marcilio Lourenço da, 1962-  
C814p O percurso da educação física no Instituto Federal de  
Santa Catarina - Campus São José / Marcilio Lourenço da  
Cunha. – Campinas, SP: [s.n.], 2012.

Orientador: Theresa Maria de Freitas Adrião.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de  
Campinas, Faculdade de Educação.

1. Instituto Federal de Santa Catarina – Campus São  
José. 2. Educação Física. 3. Ensino médio. I. Adrião, Theresa  
Maria de Freitas, 1965- . II. Universidade Estadual de  
Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

12-115/BFE

Informações para a Biblioteca Digital

**Título em inglês:** The course of physical education at the Federal Institute of St.  
Catherine - St. Joseph Campus

**Palavras-chave em inglês:**

Instituto Federal de Santa Catarina – Campus São José

Physical Education

Secondary Education

**Área de concentração:** Políticas, Administração e Sistemas Educacionais.

**Titulação:** Mestre em Educação

**Banca examinadora:**

Theresa Maria de Freitas Adrião (Orientador)

Raquel Fontes Borghi

Dirce Djanira Pacheco e Zan

Regina Tereza Cestari de Oliveira

Pedro Ganzeli

**Data da defesa:** 28/06/2012

**Programa de pós-graduação:** Educação

**e-mail:** marcilio@ifsc.edu.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

“O PERCURSO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO INSTITUTO FEDERAL DE  
SANTA CATARINA - CAMPUS SÃO JOSÉ”

AUTOR: **Marcilio Lourenço da Cunha**

ORIENTADORA: THERESA MARIA DE FREITAS ADRIÃO

Prof. Dr. Antonio Carlos Rodrigues de Amorim  
Coordenador Associado de Pós-Graduação  
Coordenador de Pesquisa  
Matrícula: 26.602-7

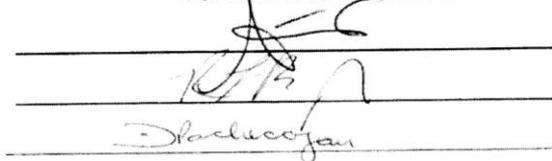
Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação de  
Mestrado defendida por **Marcilio Lourenço da Cunha** e aprovada  
pela Comissão Julgadora.

Data: 28/06/2012

  
Prof. Dr. Antonio Carlos Rodrigues de Amorim  
Coordenador Associado de Pós-Graduação  
Coordenador de Pesquisa  
Matrícula: 26.602-7

  
ORIENTADORA

COMISSÃO JULGADORA:



2012

201205000

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA  
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP  
ROSEMARY PASSOS – CRB-8ª/5751

Cunha, Marcilio Lourenço da, 1962-  
C814p O percurso da educação física no Instituto Federal de  
Santa Catarina - Campus São José / Marcilio Lourenço da  
Cunha. – Campinas, SP: [s.n.], 2012.

Orientador: Theresa Maria de Freitas Adrião.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de  
Campinas, Faculdade de Educação.

1. Instituto Federal de Santa Catarina – Campus São  
José. 2. Educação Física. 3. Ensino médio. I. Adrião, Theresa  
Maria de Freitas, 1965- . II. Universidade Estadual de  
Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

12-115/BFE

Informações para a Biblioteca Digital

**Título em inglês:** The course of physical education at the Federal Institute of St.  
Catherine - St. Joseph Campus

**Palavras-chave em inglês:**

Instituto Federal de Santa Catarina – Campus São José

Physical Education

Secondary Education

**Área de concentração:** Políticas, Administração e Sistemas Educacionais.

**Titulação:** Mestre em Educação

**Banca examinadora:**

Theresa Maria de Freitas Adrião (Orientador)

Raquel Fontes Borghi

Dirce Djanira Pacheco e Zan

Regina Tereza Cestari de Oliveira

Pedro Ganzeli

**Data da defesa:** 28/06/2012

**Programa de pós-graduação:** Educação

**e-mail:** marcilio@ifsc.edu.br

*Dedico este trabalho a Nádia (minha esposa),  
Daniel, Nathália, Jeferson, Jhúlia e Emanuely,  
pessoas que fazem parte da minha vida diariamente.*

## AGRADECIMENTOS

A conclusão desta pesquisa não seria possível sem a compreensão e colaboração de algumas pessoas. Infelizmente, alguns nomes poderão ser esquecidos porque foram muitos os que, de alguma forma, contribuíram para que eu chegasse até o final de mais esta etapa. Mas mesmo correndo esse risco, é imprescindível que eu cite alguns nomes.

Aos meus pais Juvenal e Luzia, pela formação moral e conseqüentemente familiar que me deram.

Agradeço especialmente a minha orientadora Profa. Dra. Theresa Maria de Freitas Adrião, pela forma consciente, e, sobretudo, com muita sabedoria dedicada a esta orientação.

Agradeço também aos membros da banca. A Profa. Dra. Raquel Fontes Borghi e a Profa. Dra. Dirce Djanira Pacheco e Zan que contribuíram bastante para meu crescimento acadêmico e profissional, tanto na banca de qualificação e quanto na defesa da dissertação.

A professora Ma. Egle Pessoa Bezerra pela correção e ajustes propostos neste trabalho.

Aos gestores, alunos, professores, servidores e demais membros do Campus São José, que contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho. Aos professores do MINTER e funcionários da Unicamp sem distinção.

Para as pessoas que, com certeza, foram as que mais sentiram minha ausência; minha esposa Nádia que soube se conformar nos períodos em que me ausentei de seu convívio, ao meu enteado Daniel, a minha enteada Nathália, ao Jeferson meu genro e as minhas netas Jhúlia e Emanuely pela saudade sentida. A todos familiares que souberam e compreenderam minha ausência.

Aos companheiros do Mestrado Interinstitucional - MINTER sem distinção, pelos bons momentos vivenciados nessa jornada e a amizade que construímos durante o curso.

Por último, a todos aqueles que contribuíram de alguma forma para a conclusão deste trabalho, meu mais profundo agradecimento.

*“Agradeço todas as dificuldades que enfrentei; não fosse por elas, eu não teria saído do lugar. As facilidades nos impedem de caminhar. Mesmo as críticas nos auxiliam muito.”*

*(Chico Xavier)*

## RESUMO

Este trabalho investiga “o percurso da Educação Física no Instituto Federal de Santa Catarina – Campus São José”. Para tanto, recorreremos à pesquisa de caráter documental, com vistas a construir informações sobre o campo empírico. Primeiramente, procuramos identificar as alterações no marco legal decorrentes da LDB/96 que incidiram na reorganização dos currículos dos cursos de ensino técnico integrado (com destaques para os Decretos Federais 2.208/1997 e 5.154/2004), indicando como as alterações decorrentes das orientações legais foram incorporadas nos Projetos Pedagógicos e nas matrizes curriculares do IF-SC – Campus de São José. A seguir, apresentamos o processo de descentralização da ETF-SC e a criação do Campus São José. Por fim, descrevemos e analisamos a Educação Física na visão dos educandos, a partir de um questionário aplicado a 61 alunos do curso de Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio nas áreas de Refrigeração e Climatização e de Telecomunicações. Entre os resultados obtidos na pesquisa, destacamos a compreensão de 27,51% dos depoentes quanto à importância lúdica das aulas de Educação Física e também o fato de que 24,86% deles valorizam as possibilidades de desenvolver habilidades esportivas. Esses dados podem indicar que os objetivos propostos para a disciplina têm sido atendidos no contexto considerado.

**Palavras chaves:** Educação Física. Ensino Médio Integrado. Instituto Federal de Santa Catarina – Campus São José.

## ABSTRACT

This work investigates “the route of Physical Education at the Federal Institute of Santa Catarina – Campus São José” (IF-SC São José). A documentary research was carried out, in order to gather information on the empirical field. First, we identify changes in the legal devices arising from LDB/96 that influenced on the reorganization of the curricula of integrated technical education (with an emphasis on the Federal Decrees 2.208/1997 and 5.154/2004), indicating how the changes resulting from legal guidelines have been incorporated to the Pedagogical Projects and to the curricular plans of the IF-SC São José. Next, we present and analyze the process of decentralization of ETF-SC and the creation of IF-SC São José. Finally, we describe and analyze Physical Education from the perspective of students, based on a questionnaire applied to 61 students of Integrated Secondary Technical Education, in the areas of Refrigeration and Air Conditioning and Telecommunications. Among the results obtained in this research, we highlight the understanding of 27.51% of the interviewees on the importance of recreational Physical Education classes, and also the fact that 24.86% of the informants value the possibility of developing sports skills. These data may indicate that the objectives proposed for the discipline have been achieved within the context considered.

**Keywords:** Physical Education. Integrated Secondary Education. Federal Institute of Education of Santa Catarina – Campus São José.

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 1 - Cronologia do ensino técnico a partir da transformação para Escola Técnica Federal de Catarina.....</b>	<b>34</b>
<b>QUADRO 2 - Evolução do status legal e da denominação do Campus São José .....</b>	<b>36</b>
<b>QUADRO 3 - Dados cronológicos dos diretores do Campus São José .....</b>	<b>38</b>
<b>QUADRO 4 - Objetivos gerais contidos nos planos de ensino de 1990 a 2009 e implicações para a Educação Física .....</b>	<b>49</b>
<b>QUADRO 5 - Evolução das aulas de Educação Física no Campus São José.....</b>	<b>51</b>
<b>QUADRO 6 - Matriz curricular do ensino médio 1988 .....</b>	<b>54</b>
<b>QUADRO 7 - Matriz curricular do ensino médio regular vigente a partir de 2001 com base na matriz proposta pelo decreto 2.208/1997.....</b>	<b>56</b>
<b>QUADRO 8 - Matriz curricular do ensino médio vigente a partir de 2005.....</b>	<b>57</b>
<b>QUADRO 9 - Demonstrativo da perda de aulas de 1988 – 2011.....</b>	<b>58</b>
<b>QUADRO 10 - Carga horária vigente para os cursos de ensino técnico integrado ao ensino médio telecomunicações - 2009/2.....</b>	<b>59</b>

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>GRÁFICO 1 - Sexo .....</b>	<b>62</b>
<b>GRÁFICO 2 - Etnia.....</b>	<b>63</b>
<b>GRÁFICO 3 – Atividades diárias .....</b>	<b>64</b>
<b>GRÁFICO 4 - Horas trabalhadas diariamente .....</b>	<b>65</b>
<b>GRÁFICO 5 - Disciplinas que os alunos mais gostam em primeiro lugar .....</b>	<b>66</b>
<b>GRÁFICO 6 - Disciplinas que os alunos mais gostam (múltiplas indicações) .....</b>	<b>67</b>
<b>GRÁFICO 7 - Importância das aulas de Educação Física .....</b>	<b>68</b>
<b>GRÁFICO 8 - Por que participa(va) das aulas de Educação Física .....</b>	<b>69</b>
<b>GRÁFICO 9 - Perspectivas em relação às aulas de Educação Física .....</b>	<b>71</b>
<b>GRÁFICO 10 - percebidas a partir da prática da Educação Física .....</b>	<b>72</b>
<b>GRÁFICO 11 - Ajuda da Educação Física no desempenho do trabalho.....</b>	<b>73</b>

## LISTA DE SIGLAS

**CAE** – COLEGIADO DE ADMINISTRAÇÃO E ENSINO

**CCE** – COLEGIADO DA COMUNIDADE ESCOLAR

**CEN** – COLEGIADO DE ENSINO

**CEFET** – CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

**CEFET-SC** – CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE SANTA CATARINA

**CNE** – CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

**DOU** – DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

**ETF-SC** – ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE SANTA CATARINA

**FATEC** – FACULDADE TECNOLÓGICA DE SÃO PAULO

**FHC** – FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

**FIC** – FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA

**IFE** – INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO

**IFSC** – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE SANTA CATARINA

**LDB** – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO

**LEDIS** – LABORATÓRIO DE ENSINO A DISTANCIA

**LÍBRAS** – LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

**MEC** – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

**MINTER** – MESTRADO INTERINSTITUCIONAL

**MUNED** – MEMÓRIA DA UNED

**PDI** – PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

**PDT** – PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

**PMDB** – PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

**PNE** – PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

**PROEJA** – PROGRAMA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO

PROFISSIONAL COM A EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

**PROEP** – PROGRAMA DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

**PRN** – PARTIDO DA RECONSTRUÇÃO NACIONAL  
**PROTEC** – PROGRAMA DE MELHORIA E EXPANSÃO DO ENSINO TÉCNICO  
**PSDB** – PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA  
**RAC** – REFRIGERAÇÃO E AR CONDICIONADO  
**SEMTEC** – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO MÉDIA E TECNOLÓGICA  
**SINASEFE** – SINDICATO NACIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL  
**TELE** – TELECOMUNICAÇÕES  
**UNED** – UNIDADE DE ENSINO DESCENTRALIZADA  
**UNED/SJ** – UNIDADE DE ENSINO DESCENTRALIZADA DE SÃO JOSÉ  
**UNICAMP** – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
**UFSC** – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>1 A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO TÉCNICO FEDERAL PÓS LDB E IMPLICAÇÕES PARA O INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA .....</b>	<b>21</b>
1.1 DA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE SANTA CATARINA À SUA DESCENTRALIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ .....	28
<b>2 DE UNIDADE DESCENTRALIZADA AO CAMPUS SÃO JOSÉ: UM PERCURSO DA EDUCAÇÃO FÍSICA COMO DISCIPLINA.....</b>	<b>35</b>
2.1 A EDUCAÇÃO FÍSICA NO INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA – CAMPUS SÃO JOSÉ.....	41
2.2 A EDUCAÇÃO FÍSICA NOS PROGRAMAS DE CURSO DO CAMPUS SÃO JOSÉ.....	50
<b>3 A EDUCAÇÃO FÍSICA NA VISÃO DOS EDUCANDOS .....</b>	<b>61</b>
3.1 PERFIL DOS DEPOENTES .....	61
3.2 INFORMAÇÃO SOBRE O CURRÍCULO .....	65
3.3 ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO FÍSICA.....	68
3.4 CONSEQUÊNCIAS NA VIDA .....	70
3.5 MUDANÇAS PERCEBIDAS.....	71
3.6 RELAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA E A ATUAÇÃO PROFISSIONAL.....	72
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>74</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>78</b>
<b>APÊNDICE I - Questionário .....</b>	<b>80</b>
<b>APÊNDICE II – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....</b>	<b>84</b>

## INTRODUÇÃO

A educação escolar brasileira encontra-se em transformação, no sentido de ter o seu papel revisto e questionado diante de uma sociedade globalizada com mudanças constantes. As mudanças podem ser percebidas nos documentos curriculares e nos papéis e expectativas atribuídas às disciplinas que compõem os currículos e neste caso a Educação Física.

Mais precisamente, após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases em 1996 a educação brasileira vem sendo discutida pelo governo e pela sociedade civil organizada, através dos sindicatos, das representações do ensino, estadual e municipal. Para reforçar esta afirmação recorreremos aos projetos e planos que estão na ordem do dia como o Plano Nacional de Educação (PNE).

Neste contexto de mudanças, é exigido do profissional da educação o aprofundamento teórico e a ampliação da interação com seus pares. A constante troca de conhecimentos com os colegas professores de Educação Física foi responsável pelo surgimento do objeto desta dissertação, ou seja, o de pesquisar o percurso da Educação Física no Instituto Federal de Santa Catarina – Campus São José.

A Lei 9.394/1996 Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que regulamenta a Educação Brasileira após a promulgação da Constituição Federal de 1988, prevê no seu texto a Educação Física, como parte integrante da proposta pedagógica da educação básica, de acordo com o artigo 26, parágrafo 3º:

A Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; maior de trinta anos de idade que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física; amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969; que tenha prole. (BRASIL, Lei 9394/96, Art. 26)

Ainda de acordo com o mesmo artigo, a Educação Física é componente curricular obrigatório da educação básica, o que significa dizer que todas as escolas que ofereçam ensino médio devem prever o acesso ao campo de conhecimento desta disciplina aos seus alunos.

Em relação ao previsto na norma como diretriz para o ensino médio tem - se como suas finalidades gerais:

[...] consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no ensino fundamental; possibilitar o prosseguimento dos estudos; preparar para o trabalho e cidadania desenvolver habilidades como continuar a aprender, capacidade de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação e aperfeiçoamento; aprimorar o educando como ser humano, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; e compreender os fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando teoria e prática. (BRASIL, Lei 9394/96, Art. 35)

Mantida essa perspectiva, ao menos em relação ao plano do declarado, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, instituída pela resolução nº 4, de 13 de julho de 2010 do Conselho Nacional de Educação (CNE), prevêem na área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, tratamento e orientação didática para esse componente curricular.

Importa, também, destacar que o texto da Resolução nº 4 do CNE, em seu artigo 26, item III, faz alusão ao “desenvolvimento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e estética, o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico”. (MEC, 2010, p. 9)

Relacionando esta resolução com as competências propostas pelo Planejamento de Ensino da Educação Física para os cursos do Campus São José, prevê-se que os alunos deveriam ser capazes de trabalhar em pequenos e grandes grupos, compreendendo as diferenças individuais e colaborando para o alcance dos objetivos coletivos, bem como compreender a ecologia corporal integrada à ecologia ambiental, promovendo, assim, a melhoria da qualidade de vida.

Vale destacar ainda que o substitutivo<sup>1</sup> Darcy Ribeiro, foi alterado pelo relator Jorge Hage, na redação no projeto original da LDB Lei 9.394/1996, traz a seguinte redação: A Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da educação básica. O texto inicial da LDB propunha ainda sua prática facultativa nos cursos noturnos. (CASTELLANI FILHO, 1998, p. 22)

Embora haja obrigatoriedade da participação dos alunos nas aulas de Educação Física até o ensino médio, nos cursos noturnos sua prática é facultativa.

A Educação Física é uma área que apresenta uma dimensão profissional e outra acadêmico - científica. Enquanto profissão foi influenciada na sua história no Brasil por correntes políticas e educacionais que lhe deram identidade, mas que atualmente, considerando o grande avanço nos

---

<sup>1</sup> Substitutivo - são emendas apresentadas pelos parlamentares quando substitui uma parte de uma proposição ou a modificá-la por inteiro.

estudos da mesma, colocam-na em posição de auto questionar-se quanto a seus reais propósitos pedagógicos e político-filosóficos. Contribuir para essa reflexão no interior da área é parte implícita dos objetivos deste trabalho.

No Brasil, a Educação Física aparece pela primeira vez no currículo escolar a partir do parecer de Rui Barbosa no ano de 1872, eminente parecerista do Império, que solicitou a paridade das aulas de Educação *Physica* às demais disciplinas oferecidas pela escola elementar. Mesmo avesso às atividades físicas que os tempos modernos impunham, Rui Barbosa solicitou melhores condições físicas para as aulas, a prática da *gymnástica* segundo preceitos médicos e recomendações guiadas pela concepção de gênero, e remuneração adequada aos docentes da disciplina. (OLIVEIRA, 1986, p. 54)

Historicamente, a Educação Física passou pelo que chamamos de tendências pedagógicas, e de acordo com (Ghiraldelli Júnior, 1991, p.16), [...] a Educação Física brasileira, sofreu e ainda sofre, influências de diversas tendências didático-pedagógicas.” São elas:

- a) Educação Física Higienista (até 1930);
- b) Educação Física Militarista (1930-1945);
- c) Educação Física Pedagogicista (1945-1964);
- d) Educação Física Competitivista (Pós 1964);
- e) Educação Física Popular (pós a 2ª guerra mundial).

A Educação Física apresenta-se até o ano de 1930, como Higienista, tendo como ênfase, em primeiro plano, a busca da construção de uma sociedade de homens e mulheres sadios através da prática de atividades físicas, ou seja, buscava-se "resolver o problema de saúde pública pela educação". (GHIRALDELLI JR., 1991, p. 17)

Foi neste período que se deu ênfase ao lema: *Mente Sã e Corpo Sã*.

A Educação Física Militarista, que se compreende no período de 1930 até 1945, estabelecia como objetivo:

A idéia central de tal concepção era o aperfeiçoamento da raça, seguindo assim as determinações impostas pelas falsas conclusões encetadas pela biologia *nazifacista*. Dai a Educação Física funcionar como atividade “aceleradora do processo de seleção natural”. (GHIRALDELLI JR.,1991, p. 26)

Para alguns autores, os preceitos higienistas e militares se auto-legitimavam e fortaleciam:

A influência militar na área reside nos métodos ginásticos, na formação dos primeiros instrutores, na ênfase na disciplina, dos valores físicos. Isto é inegável, mas também é inegável que estes pressupostos de uma Educação Física rotulada como militarista, tem origem no pensamento higienista. (GOIS JR., 2000, p. 168)

Para Ghiraldelli Jr. (1991), tanto a Educação Física Higienista quanto a de tendência Militarista, tinha em comum o papel de formação de jovens sadios, fortes e robustos prontos para a ação; conduzidos com disciplina por meio da Educação Física, porém deixando de lado as questões educacionais.

Já a tendência Pedagogicista período de 1945 a 1964, via a necessidade da adoção de um enfoque mais educativo considerando o lúdico:

A educação física pedagogicista é, pois a concepção que vai reclamar da sociedade a necessidade de encarar a educação física não somente como uma prática capaz de promover saúde ou de disciplinar a juventude, mas de encarar a educação física como uma prática eminentemente educativa. (GHIRALDELLI JR., 1991, p. 19)

A tendência Competitivista (pós 1964) buscava a formação do atleta de alto nível a qual fica reduzida ao "desporto de alto nível". Por último, mas não menos importante, a tendência denominada Educação Física Popular (pós 2ª guerra mundial). que não tinha como base a saúde e nem a disciplina e nem queria formar atletas e sim era encarada como uma forma de proporcionar lazer para a classe operária sem o intuito educativo. (GHIRALDELLI JR., 1991, p. 21)

É interessante lembrar que a descrição de tais abordagens ou tendências tem um caráter analítico e didático porquanto as perspectivas por vezes se sobrepõem e coexistem.

Objetivo Geral - Esta pesquisa tem como objeto apresentar e refletir “o percurso da Educação Física no Instituto Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina (IF-SC) - Campus São José”.

Nos objetivos específicos procurou-se identificar as alterações no marco legal decorrentes da LDB/1996 que incidiram na re-organização dos currículos dos cursos de ensino técnico integrado, com destaques para os Decretos Federais 2.208/1997 e 5.154/2004. Procurou-se ainda identificar como as alterações decorrentes das orientações legais foram incorporadas nos Projetos Pedagógicos e nas Matrizes Curriculares do IF-SC Campus de São José. Por fim levantou-se a posição dos alunos matriculados nos cursos de ensino médio integrado, a respeito do papel da Educação Física para sua formação, considerando-as em função da situação dos mesmos em

relação ao mercado de trabalho (trabalhadores e não-trabalhadores); ao sexo e á faixa etária.

No Campus São José, a Educação Física é parte integrante da matriz curricular desde a inauguração da instituição em 1988, obedecendo então ao disposto no artigo 7º da Lei nº 5.692/1971 vigente naquele momento, segundo o qual, as aulas eram alocadas no período oposto ao período normal àquele ao qual o aluno estudava.

Nesse período, as aulas eram desenvolvidas em turno oposto ao de freqüência regular dos alunos, com dois encontros semanais, com uma hora de duração cada. A organização dos conteúdos obedecia ao plano desenvolvido na ETF-SC. Este formato perdurou até o ano de 2001, com a publicação do Decreto Federal nº 2.208/1997, e após várias discussões para construção de um plano de ensino unificado para toda a ETF-SC, incluiu-se as aulas de Educação Física no mesmo turno em que o aluno estudava.

Em 1990, quando o Campus São José passou a ter quadro próprio de docentes e servidores técnicos administrativos, a direção da escola garantiu aos docentes lotados na disciplina de Educação Física autonomia para elaboração dos planos pedagógicos, condição que permitiu a proposição de um projeto diferenciado para a disciplina. Uma explicação possível para essa inovação pode estar no fato de que tais docentes eram iniciantes na profissão e recém formados, trazendo concepções novas para o cotidiano da escola.

Por essa razão, as aulas eram diferenciadas daquelas que comumente se viam em outras escolas de ensino médio do estado de Santa Catarina, na medida em que se contrapunham à reprodução do gesto esportivo, à esportivização e à cobrança de regras das modalidades que eram ensinadas. Tal perspectiva que será analisada no item 2.2 desta dissertação, exigia dos docentes, nos quais eu me incluo<sup>2</sup>, a discussão de textos sobre cultura corporal, atividade física e saúde, conforme se verá mais adiante neste trabalho.

Acreditando que a apresentação e a reflexão sobre esta experiência orientada pela visão dos educandos possa colaborar para a adoção de práticas educativas mais democráticas, descrevemos a seguir a organização deste trabalho.

No primeiro capítulo faz-se um estudo sobre a organização do ensino técnico federal pós LDB e as implicações para o Instituto Federal de Santa Catarina. Procurar-se-á identificar as alterações no marco legal decorrentes da LDB/1996 que incidiram na re-organização dos

---

<sup>2</sup> Professor da disciplina de Educação Física no Campus São José, desde 26 de julho de 1991, vindo num processo de redistribuição do extinto território federal de Roraima.

currículos dos cursos técnicos, com destaque para os Decretos Federais 2.208/1997 e 5.154/2004, a Portaria 646/1997, a Resolução do Conselho Nacional de Educação nº 4/2010, procurando identificar como as alterações decorrentes dessas orientações legais foram incorporadas nos Projetos Pedagógicos e nas matrizes curriculares do IF-SC Campus São José nos cursos de ensino técnico integrado ao ensino médio.

No segundo capítulo serão abordadas as mudanças havidas no processo que culminou na criação do Campus São José, analisando o percurso da Educação Física como disciplina, a partir de uma reconstrução histórica desde a transformação para ETF-SC em 1968 até a criação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia em 2008, traçando um percurso da atuação da disciplina de Educação Física.

No terceiro capítulo apresenta-se a percepção dos educandos sobre a disciplina de Educação Física no Campus São José, por meio da análise de dados coletados por questionário aplicado junto a alunos do Campus São José, matriculados nos cursos técnicos integrados ao ensino médio nas áreas de Refrigeração e Climatização e na de Telecomunicações.

A metodologia usada neste trabalho foi o estudo de caso, baseado na perspectiva proposta por Robert Stake e na contribuição de Marli Eliza Dalmazo Afonso de André.

André (2005 apud Stake, 1994, p. 236) enfatiza que o que caracteriza o estudo de caso não é um método específico, mas um tipo de conhecimento: "Estudo de caso não é uma escolha metodológica, mas uma escolha do objeto a ser estudado". Uma questão fundamental, segundo ele é o conhecimento derivado do caso, ou melhor, o que se aprende ao estudar o caso.

O caso aqui selecionado é o curso de ensino técnico integrado ao ensino médio no Instituto Federal de Santa Catarina - Campus São José, uma instituição escolar que oferta Cursos de Ensino Médio, Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio em Refrigeração e Climatização<sup>3</sup> e de Telecomunicações, Cursos Técnicos Subsequentes em Refrigeração e Ar Condicionado (RAC) e de Telecomunicações (TELE), Cursos Superiores de Tecnologia em Redes e Computadores (Tecnólogo), Licenciatura em Ciências da Natureza com habilitação em Química e os Cursos a Distância de Qualificação Básica em Refrigeração e Ar Condicionado e o de Instalação de Sistemas de Climatização Tipo Split.

---

<sup>3</sup> O Curso de Refrigeração e Ar Condicionado recebe o nome de Refrigeração e Climatização de acordo com o Plano Pedagógico do Curso proposto e aprovado no ano de 2009/02 para o Curso de Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio.

O Campus São José é financiado pelo Governo Federal, detendo, no período de realização deste trabalho, boa infra-estrutura de laboratórios e instalações, o que torna a escola com boa qualidade de ensino na região da Grande Florianópolis. A reconhecida excelência da infraestrutura física e a qualificação dos profissionais que compõem o quadro de servidores do Campus São José faz com que jovens de diferentes setores econômicos se interessem em nele estudar, de modo que desde sua inauguração faz-se necessário uma seleção dos candidatos para ingresso.

Para a realização da pesquisa, aplicou-se um questionário (Apêndice I) misto com 15 perguntas “abertas” e “fechadas”, agrupadas nos seguintes eixos para análise: a) Perfil dos depoentes, b) Informação sobre o Currículo, c) Atuação nas Aulas de Educação Física, d) Conseqüências para a Vida, e) Mudanças percebidas, f) Relação da Educação Física e Atuação Profissional. Além disso, procedeu-se à pesquisa documental e bibliográfica e a entrevistas semi-estruturadas com pessoas que pudessem informar o pesquisador sobre o processo de organização do Campus São José. Foram feitas duas entrevistas, uma com um professor do Campus São José que integra o grupo docente desde a nomeação do quadro próprio da escola em 1990 e um ex-dirigente do Campus São José que foi diretor nesse mesmo período.

Para efeito de se garantir condutas éticas na pesquisa, elaborou-se um termo de consentimento livre e esclarecido (modelo Apêndice II), que foi submetido a todos os alunos que concordaram em participar da pesquisa.

Aplicou-se um questionário piloto, envolvendo 30 alunos do curso de Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio nas áreas de Refrigeração e Climatização e de Telecomunicações. Depois de alguns ajustes nos questionários realizou-se a aplicação final dos mesmos, que ocorreu em horário de aula, após autorização expressa por parte da Gerência para o Desenvolvimento do Ensino<sup>4</sup>, dos Coordenadores de Cursos<sup>5</sup> e dos Docentes responsáveis pelas aulas nas respectivas turmas envolvidas na pesquisa.

Os sujeitos investigados foram 61 alunos matriculados no Campus São José, cursando a 4ª fase do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio nas áreas de Refrigeração e Climatização e de Telecomunicações no ano de 2011.

Os critérios utilizados para escolha das turmas foram os seguintes: as turmas de Ensino

---

<sup>4</sup> Gerência de Desenvolvimento de Ensino – é uma das gerências que compõe o corpo diretivo do Campus São José.

<sup>5</sup> Coordenadores de curso – estrutura ligada a Gerência de Desenvolvimento do Ensino na condução do trabalho pedagógico e de ensino.

Técnico Integrado ao Ensino Médio, cujos alunos encontravam-se matriculados na 4ª fase<sup>6</sup> e que já tinham cursado todos os conteúdos ministrados nas aulas da disciplina de Educação Física, em relação às outras fases.

Além disso, recorreu-se ao apoio da memória de minha trajetória como docente da instituição aqui analisada.

Diante disso, me apresento ao leitor fazendo uma pequena descrição de meu perfil profissional. Fui formado pela Faculdade de Educação Física de Batatais – SP no ano de 1984. Em 1985 trabalhei como professor substituto por três meses em Franca – SP na escola Dr. Homero Alves, em seguida desempenhei a função de professor recreador na prefeitura municipal de Franca entre 1986 e 1987.

Em abril de 1987 fui para o extinto território federal de Roraima onde desempenhei vários papéis como professor de Educação Física, atuando principalmente no ensino fundamental até o ano de 1991, quando vim para o Campus São José num processo de redistribuição.

Quando cheguei ao Campus São José o mesmo possuía em seus quadros quatro professores de Educação Física contratados por meio de concurso público em 1990, que será abordado em capítulo específico deste trabalho.

Tive dificuldades para mudar minha postura profissional no tocante ao desempenho de meu papel como educador quanto a adesão às aulas teóricas que eram ministradas no campus São José desde o ano de 1990. Essa dificuldade pode ser explicada pelo fato de ter sido formado numa perspectiva basicamente tecnicista, a qual visava apenas a reprodução do gesto esportivo e a cobrança de regras das modalidades esportivas desenvolvidas.

Atualmente encontro-me totalmente integrado a proposta de trabalho organizada e desenvolvida pelos profissionais da disciplina de Educação Física, atuando nos cursos de ensino técnico integrado ao ensino médio nas áreas de Refrigeração e Climatização e no de Telecomunicações.

---

<sup>6</sup> O curso de ensino técnico integrado ao ensino médio é composto de 8 fases sendo que a 4ª fase corresponde ao 2º ano de curso e também a última fase em que os alunos tem aulas de Educação Física.

# 1 A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO TÉCNICO FEDERAL PÓS LDB E IMPLICAÇÕES PARA O INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA

Esse capítulo tem por objetivo tratar das alterações na legislação para o Ensino Técnico Federal a partir da Lei nº 9.394/1996 (LDB), com destaque para a Portaria nº 646/1997, o Decreto Federal nº 2.208/1997, o Decreto Federal nº 5.154/2005 e as Resoluções do Conselho Nacional de Educação nº 03/1998 e 04/2010. Objetiva-se indicar o marco regulatório a partir do qual se configurou os cursos técnicos oferecidos pelo Instituto Federal de Santa Catarina

Com a saída de Itamar Franco<sup>7</sup> da presidência da República em 1995, assumiu como seu sucessor Fernando Henrique Cardoso<sup>8</sup> (FHC) que iniciou uma nova transformação na educação e, principalmente, na Educação Profissional de Nível Médio.

Após amplos debates na Câmara dos Deputados em Brasília, a LDB foi aprovada em 17 de dezembro 1996, e publicada, no Diário Oficial da União dia 20 de dezembro de 1996, a proposta defendida pelo senador Darcy Ribeiro filiado ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) do Rio de Janeiro. A lei aprovada não foi o projeto que estava sendo discutido pela sociedade<sup>9</sup>, o então nominado PLC 101/1993 originário da Câmara dos Deputados, que teve como relator o Senador Cid Sabóia, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) do Ceará.

A LDB aprovada foi bastante criticada pelo conjunto das entidades representativas dos servidores da educação federal (sindicatos e associações de classes), tendo em vista que, não foi respeitada a vontade popular, ou seja, aquilo que fora proposto pela sociedade.

No conjunto de mudanças proferidas com a aprovação da LDB, insere-se a mudança na quantidade de dias letivos, passando de 180 para 200 dias anuais para toda rede de ensino e também para o ensino técnico federal.

---

<sup>7</sup> Itamar Franco foi vice- presidente eleito pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN), no ano de 1988, assumiu o governo após o *impeachment* de Fernando Collor em 2 de outubro de 1992.

<sup>8</sup> Fernando Henrique Cardoso foi eleito presidente do Brasil em 1995 pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), foi ministro das relações exteriores do governo Itamar Franco entre 1992 e 1993 e Ministro da Fazenda até o final do governo.

<sup>9</sup> Ver artigo da Profa. Célia Regina Otranto, *Evolução Histórica da Construção da Nova LDB da Educação Nacional*, apresentado no IV Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”- Unicamp – FE – HISTEDBR, 1997 e o livro: *Política Educacional e Educação Física* – do Prof. Lino Castellani Filho – Campinas, SP: Autores Associados 1998.

Após a sua aprovação em 1996, publicou-se o Decreto Federal nº 2.208/1997, que tinha como objetivo regulamentar o parágrafo 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9.394/1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Posteriormente também foi editada a Portaria nº 646/1997 do Ministério da Educação e Cultura, cuja função foi regulamentar a implantação do disposto nos artigos 39 a 42 da Lei Federal nº 9.394/1996 e o contido no Decreto Federal nº 2.208/1997 e dá outras providências (trata-se da rede federal de educação tecnológica). (BRASIL, MEC, 1997)

Os artigos 36, 39 a 42 tratavam da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e a portaria nº 646/1997 teve a função de regulamentar o referido Decreto Federal nº 2.208/1997.

A LDB traz no Capítulo III - Da Educação Profissional e Tecnológica, os quatro artigos que tratam dessa modalidade de ensino posteriormente regulamentada pela portaria nº 646/1997, já citada.

Na referida lei, a Educação Brasileira ficou estruturada em dois níveis – Educação Básica (formada pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio) e a Educação Superior<sup>10</sup>.

De acordo com Maria Isabel Nogueira Tuppy:

[...] na LDB estão previstos dois tipos de formação profissional: um que é incorporado na organização do ensino formal, particularmente no ensino médio; outro também passível de certificação e reconhecimento, que é desenvolvido nos ambientes de trabalho, mas não exclusivamente nele. (OLIVEIRA e ADRIÃO, 2007, p. 111)

Na Lei de Diretrizes e Bases, em seu artigo 39, encontra-se a seguinte redação: “a educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia”.

Esse artigo dimensiona a integração da educação profissional e tecnológica no cumprimento dos objetivos da educação em geral, integrando níveis e modalidades de educação, alcançando o trabalho, a ciência e a tecnologia. No entanto, “Após a publicação da LDB, praticamente só as Escolas Técnicas Federais e os Centros Federais de Educação Tecnológica continuaram a ministrar o Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio”. (CANTÚ, 2009, p. 3)

O parágrafo 1º do mesmo artigo, do artigo 39 por sua vez, permite que a educação profissional e tecnológica seja organizada em função das opções da oferta da educação

---

<sup>10</sup> Artigo 46 da Lei Federal nº 9.394/1996.

profissional e tecnológica, possibilitando ao aluno diversas oportunidades de percursos diferenciados no atendimento de suas aptidões e vocações, nos diferentes cursos. O aluno pode matricular-se em cursos de formação técnica inicial, curso de ensino técnico integrado ao ensino médio, cursos técnicos subsequentes, cursos de qualificação e requalificação.

O parágrafo 2º do artigo 39 tem por objetivo traçar a abrangência da educação profissional e tecnológica, definindo os tipos de cursos que fazem parte dessa modalidade de ensino, sejam cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

De acordo com o Decreto nº 5.154 (2004):

Os cursos e programas de Formação Inicial e Continuada de trabalhadores, incluídos a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização, em todos os níveis de escolaridade, poderão ser ofertados segundo itinerários formativos, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social.

Os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) são cursos que têm por objetivo a formação básica articulada com o ensino profissionalizante.

Para garantir o atendimento dessa demanda, o Plano de Desenvolvimento Institucional - (PDI) do IF-SC prevê em seus objetivos e metas, no item II:

Ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica. (IF-SC, 2009, p. 12)

De acordo com Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) esses cursos deveriam propor:

A qualificação e a requalificação, seja na forma de cursos ou de módulos, deveriam também ser organizadas com o fim de constituir itinerários formativos correspondentes às diferentes especialidades ou ocupações pertencentes aos setores da economia e promover, simultaneamente, a elevação de escolaridade dos trabalhadores.

O parágrafo 3º do artigo 39 tem por objetivo de normatizar os cursos de educação profissional tecnológica em nível de graduação (tecnólogo) e de pós-graduação, determinando a forma deles se organizarem, respeitando as diretrizes curriculares nacionais, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

De acordo com o artigo 40 da LDB tem-se a seguinte redação: A Educação Profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho. (BRASIL, Lei 9.394/1996)

A articulação mencionada será vista mais adiante quando será abordado o decreto específico que fala dessa articulação e da regulamentação do artigo 40.

O artigo 41 da LDB prevê que o conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos. Busca-se valorizar a experiência prática adquirida pelo aluno, quando se utiliza profissionalmente de conteúdos próprios da educação profissional e tecnológica. A certificação do conhecimento por ele adquirido permite o prosseguimento de seu processo de aperfeiçoamento por meio da continuidade nos estudos.

Já, o artigo 42 explicita que as instituições de educação profissional e tecnológica, além dos seus cursos regulares, poderão oferecer cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula, à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade.

Nesse sentido, a Portaria nº 646/1997 regulamenta a implantação do disposto nos artigos 39 a 42 da LDB e o disposto no Decreto Federal nº 2.208/1997 e dá outras providências.

O Artigo 3º da citada Portaria dispõe que:

As instituições federais de educação tecnológica ficam autorizadas a manter ensino médio, com matrícula independente da educação profissional, oferecendo o máximo de 50% do total de vagas oferecidas para os cursos regulares em 1997, observando o disposto na Lei nº 9.394/1996. (BRASIL, MEC, 1997)

Por esse artigo fica claro que as Instituições Federais de Educação Tecnológica ficam autorizadas a manter ensino médio, com matrícula independente da educação profissional, desde que não excedesse o máximo de 50% do total de vagas oferecidas nos cursos regulares em 1997, observando o disposto na Lei nº 9.394/1996.

A mesma portaria no seu artigo 4º previa que o prazo para implantar o disposto em seu artigo 1º seriam cinco anos e previa também a extinção completa da oferta do ensino médio regular na rede federal de ensino.

Além de regulamentar a LDB, o Decreto Federal nº 2.208/1997 tentou reforçar a educação tecnológica, promovendo a separação do ensino médio regular e o ensino técnico, bem como a atuação das Escolas Técnicas Federais, aumentando a oferta do ensino profissionalizante no país.

O Decreto Federal nº 2.208/1997 gerou grandes discussões nas escolas técnicas, principalmente, na então ETF-SC, pois permitia que o aluno, matriculado numa escola técnica, decidisse entre cursar somente o ensino médio ou matricular-se também no curso técnico concomitante<sup>11</sup>. As vagas que não fossem ocupadas no curso técnico poderiam ser destinadas a outros jovens que já tivessem concluído o ensino médio, o que, segundo o texto do decreto, ampliaria o aproveitamento dos ambientes de ensino e de outros recursos para a formação de novos técnicos.

Para autores como Frigotto e Ciavatta (2003), que foram bastante críticos às reformas impostas pelo Decreto Federal no 2.208/1997, a reforma educacional praticada pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, no seu conjunto e em particular em relação à educação tecnológica e à formação profissional, foi coerente com o ideário do liberalismo conservador em termos econômicos e sociais, tanto na concepção quanto na ação prática. [...] A essa delimitação surgem as doutrinas do máximo mercado e do mínimo Estado com o objetivo de “diluir, esterilizar a possibilidade de o Estado fazer política econômica e social. O mercado passa a ser o regulador, inclusive dos direitos”.

De acordo com documento base (BRASIL, MEC, 2007, p. 19):

“(...) O Decreto Federal nº 2.208/1997 e o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) e as ações deles decorrentes ficaram conhecidos como a Reforma da Educação Profissional. O Ensino Médio assume legalmente um sentido puramente propedêutico, ou de formação geral, já que a Educação Profissional foi obrigatoriamente separada do Ensino Médio”.

Segundo o MEC (2007), a política de ensino médio foi orientada pela construção de um projeto que superasse a dualidade entre a formação específica e a formação geral, de forma a deslocar o foco de seus objetivos do mercado de trabalho para a pessoa humana, tendo como dimensões indissociáveis o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia.

---

<sup>11</sup> O Ensino Técnico Concomitante era a matrícula simultânea em dois cursos diferentes, ou seja, um curso de ensino médio regular e outro curso de ensino técnico subsequente. No Campus São José isso se deu apenas no Curso Técnico Subsequente de Refrigeração e Ar Condicionado, o aluno deveria estar cursando a 5ª fase do Ensino Médio o qual tinha duração de seis fases e matriculava-se na 1ª fase do ensino técnico subsequente com duração de três fases.

Tal perspectiva pode ser percebida na diminuição da carga horária de formação, pois os cursos técnicos integrados com o ensino médio, que tinham até 1998 duração de quatro anos, com a reforma passaram a ter a duração de três semestres letivos ou um ano e meio.

Outra estratégia governamental para implantação do Decreto foi o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP). Esse programa tinha como objetivo norteador extinguir o ensino médio de forma gradativa, tendo como atributo principal o repasse de verbas às Instituições Federais de Ensino (IFE) que aderissem imediatamente ao decreto, provocando um verdadeiro disparate em termos de valores por aluno.

Em 2003, com a eleição do presidente Luis Inácio da Silva (Lula), vislumbrou-se a perspectiva de reestruturar o ensino técnico, ou seja, sua articulação com o ensino médio regular novamente. O que veio ocorrer com a publicação do Decreto Federal nº 5.154/2004.

Autores como Frigotto, Ciavatta e Ramos, críticos das reformas impostas por FHC, criticaram a demora no governo Lula em instituir a reforma ou do ensino técnico com a revogação do Decreto anterior e a publicação do Decreto Federal nº 5.154/2004, somente um ano e sete meses depois da sua posse.

A crítica dos autores está relacionada ao campo político pela expressiva votação conseguida pelo presidente Lula e no campo jurídico com a publicação de uma exposição de motivos que fundamentava o Decreto Federal nº 5.154/2004.

De acordo com Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005):

A revogação do Decreto Federal nº 2.208/1997, três medidas tornaram-se imperativas, simultaneamente ao ato, enquanto não se dispuser da nova regulamentação: a) recuperar o poder normativo da LDB como Lei Ordinária, particularmente em relação ao ensino médio (artigos 22, 35 e 36) e a educação profissional (artigos 39 a 42); b) autorizar as escolas a adequarem os cursos aprovados pelos órgãos normativos dos respectivos sistemas educacionais, ao parágrafo 2º do artigo 36 da LDB, desde que respeitadas as demais normas para o ensino médio; c) instaurar uma equipe técnica que oriente as ações e decisões dos órgãos normativos e das escolas nas questões decorrentes dessas medidas.

No período três proposições eram encontradas e que apresentam-se de forma sintética: a primeira proposição requeria a revogação pura e simples do Decreto Federal nº 2.208/1997, a segunda manifestava-se pela manutenção do decreto e a terceira solicitava a revogação e adoção de um novo decreto. A publicação de um novo decreto foi o que aconteceu, mas as mudanças originárias do Decreto Federal nº 5.154/2004 foram muito tímidas trazendo a flexibilização na forma de articulação do ensino técnico com ensino médio novamente.

A articulação prevista na LDB está inserida no Decreto Federal nº 5.154/2004, o qual possibilitou ao aluno realizar seus estudos de ensino médio articulado com o ensino técnico numa mesma instituição de forma mais rápida e objetiva.

Além da revogação do Decreto Federal nº 2.208/1997, o Decreto Federal nº 5.154/2004 abriu a oportunidade para a integração<sup>12</sup> da educação profissional técnica, com o nível médio no Brasil.

Para refletir sobre o que é integrar, recorremos a Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005):

“O que é integrar? É tornar íntegro, tornar inteiro, o quê? A palavra toma o sentido moral em alguns usos correntes. Mas não é disto que se trata aqui. Remetemos o termo ao seu sentido de completude, de compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso, de tratar a educação como uma totalidade social, isto é, nas múltiplas mediações históricas que concretizam os processos educativos. No caso de formação integrada ou do ensino médio integrado ao ensino técnico, queremos que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação inicial, como o ensino técnico, tecnológico ou superior. Significa que buscamos focar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos”. (GRAMSCI, 1981, p.144 e ss. apud CIAVATTA, p. 84)

Para Ramos (2008), a concepção de integração está associada à concepção de escola unitária, que considera a educação de qualidade como um direito de todos à apropriação dos conhecimentos construídos e acumulados historicamente pela humanidade. Esse pressuposto remete à negação da divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, e a afirmação de que em uma educação unitária “[...] todos tenham acesso aos conhecimentos, à cultura e às mediações necessárias para trabalhar e produzir a existência e a riqueza social”.

Vale lembrar que, conforme citado anteriormente a redação do artigo 40 da LDB – indica que: “A Educação Profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho”. (BRASIL, Lei 9.394/96)

O Decreto Federal nº 5.154/2004 definiu também as possíveis formas de articulação entre a Educação Profissional Técnica de Nível médio e o Ensino Médio, previsto no § 1º, art. 4º:

---

<sup>12</sup> No caso do Campus São José, essa integração foi possível nos cursos técnicos integrados ao ensino médio nas áreas de Refrigeração e Climatização e de Telecomunicações.

a) Integrada - prevista no inciso I do § 1º do Artigo 4º, ofertada aos alunos que tenham concluído o Ensino Fundamental, com o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno. Deverá haver o incremento da carga horária visando garantir a formação geral e técnica respectivamente, prevista no § 2º do art. 4º do referido decreto.

b) Concomitante - prevista no inciso II do § 1º do Artigo 4º - oferecida somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental ou esteja cursando o Ensino Médio. Neste caso as matrículas devem ser distintas para cada curso. Esta forma poderá ocorrer em três situações distintas, as quais já estavam previstas quando da vigência do Decreto Federal nº 2.208/1997: **na mesma instituição**, leva-se em conta a proposta pedagógica da instituição, em **instituições distintas**, neste caso o aluno aproveita as oportunidades educacionais disponíveis e por último em **instituições distintas** que tenham convênios entre si e os projetos pedagógicos devem ser unificados.

c) subsequente - ofertada àqueles alunos que tenham concluído o Ensino Médio. Antiga denominação de sequencial prevista no Decreto Federal nº 2.208/1997 teve a sua denominação alterada pelo Decreto nº 5.154/2004, acertadamente, para evitar confusões com os cursos sequenciais por campo do saber, de diferentes níveis de abrangência, previstos no inciso I do Artigo 44 da LDB, no capítulo da Educação Superior.

De acordo com o documento Base do Ministério da Educação (MEC) “Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio” (BRASIL, MEC, 2007, p. 23) “durante o ano de 2003 e até julho de 2004 houve grandes debates relativos à relação entre o ensino médio e a educação profissional”. Isso possibilitou a retomada da discussão “sobre a educação politécnica, compreendendo-a como uma educação unitária e universal destinada à superação da dualidade entre cultura geral e cultura técnica.

## 1.1 DA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE SANTA CATARINA À SUA DESCENTRALIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ

Segundo MEC (2008) no ano de 1959, as Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais. As instituições ganharam autonomia

didática e de gestão. Com isso, intensificou-se a formação de técnicos, mão de obra indispensável diante da aceleração do processo de industrialização.

De acordo com IF-SC (2008):

[...] somente a partir de 1968, com a portaria ministerial nº 331, de 17 de junho, a instituição tornou-se Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETF-SC). Naquela época, começou o processo de extinção gradativa do curso Ginásial, por meio da supressão da matrícula de novos alunos na primeira série. O objetivo era especializar a escola em cursos técnicos de segundo grau (atual ensino médio). Depois da edição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971), a LDB, e da reforma do ensino de primeiro e segundo graus introduzida por ela, a então ETF-SC passou a funcionar somente com ensino de segundo grau.

A ETF-SC continuou seu processo de ensino desenvolvendo os cursos técnicos integrados nas mais variadas áreas do ensino.

Em 1994, o Governo Federal publicou a Lei Federal nº 8.948, pela qual transformava automaticamente todas as Escolas Técnicas Federais<sup>13</sup>, criadas pela Lei Federal nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET)<sup>14</sup>. A transformação ficou condicionada à publicação de decreto específico para cada centro no Diário Oficial da União (DOU). No caso da Escola Técnica Federal de Santa Catarina, esse Decreto Presidencial só foi publicado em 27 de março de 2002.

Houve um movimento muito forte por parte dos dirigentes das Escolas Técnicas Federais para transformá-las em CEFETs, tendo em vista o *Status* que essas instituições assumiriam perante a comunidade.

Havia uma expectativa muito grande na comunidade interna da ETF-SC, quanto à sua transformação em CEFET em 1994, expectativa frustrada pelo Governo Federal, que adiou esse processo por oito anos.

Nesse mesmo ano, 1994, a ETF-SC era referência para o Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Básica e Profissional (SINASEFE)<sup>15</sup>, por sua participação em movimentos de greve e paralisações, pela reivindicação, junto ao Ministério da Educação de eleição direta para diretores da Rede Federal e por negociações de reajustes salariais, planos de carreira e abertura de concursos públicos para contratação de novos servidores e professores. Nesses termos, pode-se

---

<sup>13</sup> A Escola Técnica Federal de Palmas, no estado de Tocantins, foi a única que não foi transformada em CEFET no ano de 1994, continuando a ser a ETF-TO.

<sup>14</sup> O CEFET-PR foi transformado na Universidade Federal Tecnológica do Paraná em 7 de outubro de 2005.

<sup>15</sup> Trata-se do Sindicato que representa os Servidores da Educação Básica e Profissional.

dizer que a ETF-SC funcionava como um “termômetro” para a rede federal de ensino no tocante à tomada de decisões pelo SINASEFE sobre movimentos reivindicatórios. Tendo em vista a atuação política da escola, o adiamento da “cefetização” pode ter sido uma forma de punição pelo Governo Federal.

A esse respeito, Soni de Carvalho, diretora da ETF-SC na época, proferiu um discurso apresentando sua opinião sobre as razões da não “cefetização” da Escola Técnica Federal de Santa Catarina no seminário “Educação Profissional: Tendências e Desafios” realizado na cidade de Curitiba, em 1998:

[...] praticamente fomos atropelados pelas publicações do governo federal sobre as reformas do ensino médio e da educação profissional, [...] paramos, simplesmente paramos. A confusão estava estabelecida. As informações desencontradas; entre o que a imprensa falava e o que os assessores discutiam e os técnicos da SEMTEC interpretavam. E quem ficou perdido fomos nós dirigentes e instituições. [...] Certamente irão me perguntar: e o cumprimento da portaria nº 646/1997, a Escola ignorou? Eu respondo: Não. Quanto mais lia e estudava a legislação, mais claro ficava que a Escola, naquele momento, já tinha procedido às mudanças necessárias. Ela poderia estar destoando dos discursos políticos do governo e /ou com alguma interpretação técnica não consistente.

O que fiz, enquanto dirigente, foi utilizar o princípio constitucional estabelecido no art. 5º, item III: ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude da lei [...] Mas sei que o grande questionamento é – por que a Escola Técnica Federal de Santa Catarina não reduziu o número de vagas para o ensino médio em 50% no ano de 1998. Novamente respondo, a lei não indicava essa obrigatoriedade. A portaria 646/1997, no caput do artigo 1º, estabelecia um prazo de quatro anos para adaptação das Instituições Federais de Ensino à nova legislação.[...] Em nenhum momento, a lei indicava que a redução teria que ser feita em 1998. Esse era um discurso inconsequente dentre os muitos iluminados da SEMTEC/MEC. (ALMEIDA, 2010, p. 124)

Além dos fatos citados pela ex-diretora da ETF-SC, outra questão que parecia incomodar o então governo federal eram as eleições para diretor-geral das Escolas da Rede Federal. Pelo processo instituído, a Prof.<sup>a</sup> Soni de Carvalho, então diretora da ETF-SC deveria cumprir um mandato *pro-tempore* de um ano, tendo em vista que em 1998 encerravam-se os quatro anos de mandato aos quais ela se havia candidatado, como previa o estatuto do CEFET. Quando da transformação das Escolas Técnicas Federais em CEFETs, o MEC estendeu aos diretores um ano de mandato *pro-tempore*, prazo este que foi usado para que providenciassem novas eleições para Diretor Geral em todos os recém criados CEFETs. No caso do CEFET-SC, o MEC recusou-se a nomeá-la novamente como diretora, indicando, em seu lugar, como diretor *pró-tempore*, José Tadeu Arante, professor do quadro permanente da ETF-SC, Unidade Florianópolis. No ano seguinte, assumiu a direção da ETF-SC a Professora Waléria Kulkamp Haeming, também

professora pertencente ao quadro permanente da ETF-SC, Unidade Florianópolis. Nesse mesmo ano, houve eleições para diretor-geral do Sistema CEFET, sendo eleito o Prof. Juarez Pontes, que assumiu a direção para um mandato de quatro anos, relativo ao período 1999 a 2003. (ALMEIDA, 2010)

Aparentemente as ações do MEC em relação à ETF-SC tiveram o objetivo de promover retaliações decorrentes de a direção da ETF-SC ter questionado o processo de “cefetização”, bem como a reforma do ensino profissional preconizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996. Somente, em 27 de março de 2002, o Governo Federal publicou no Diário Oficial da União o decreto específico que transformava a ETF-SC em Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina (CEFET-SC).

Segundo o Estatuto do Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina, aprovado pela Portaria 1.125, de 27 de novembro de 2007, com base no Decreto Federal nº 4.504 de 09 de Dezembro de 2002, estes eram os objetivos do CEFET-SC:

a) ministrar cursos de qualificação, requalificação e reprofissionalização e outros de nível básico da educação profissional; b) ministrar ensino técnico destinado a proporcionar habilitação profissional para os diferentes setores da economia; c) ministrar ensino médio; d) ministrar ensino superior, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica; e) oferecer educação continuada, por diferentes mecanismos visando à atualização, ao aperfeiçoamento e à especialização de profissionais na área tecnológica; f) realizar pesquisa aplicada estimulando o desenvolvimento de soluções tecnológicas, de forma criativa e estendendo seus benefícios à comunidade. (IF-SC, 2007)

Com a transformação da ETF-SC para CEFET-SC, todas as unidades de ensino descentralizadas existentes passaram a denominar-se Unidades do CEFET-SC, criando-se, assim, o SISTEMA CEFET-SC, composto pelas Unidades de Florianópolis, São José e Jaraguá do Sul.

Já com a transformação do CEFET-SC em Instituto Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina (IF-SC), por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, as então Unidades de Ensino passaram a denominar-se “Campus”. (ALMEIDA, 2010, p. 162)

A criação dos Institutos Federais trouxe consigo mudanças substanciais, entre elas, pode-se destacar, a oferta de cursos de licenciatura e pós-graduação em qualquer área e a mudança de status para instituições de ensino e pesquisa.

Nesse sentido, a síntese apresentada no quadro 2 produzido no capítulo 2 página 35, indica muito mais do que uma simples mudança de nomenclatura; indica alterações na natureza dessas unidades de formação profissional, condição que interfere, por sua vez, nos objetivos das

disciplinas que integram seu projeto pedagógico. Tal perspectiva pode ser percebida quando da leitura do Estatuto do IF-SC, o qual, em seu inciso III, declara como seus objetivos, [...] promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão (IF-SC, 2008).

Ao final do Plano de Expansão II, Santa Catarina deverá contar com a construção de mais 14 Campi vinculados ao IF-SC: Canoinhas, Criciúma, Gaspar, Itajaí, Lages, Palhoça<sup>16</sup> e São Miguel do Oeste; os Campi Avançados<sup>17</sup> de Xanxerê, Urupema, Jaraguá do Sul (Campus Geraldo Werninghaus), Garopaba e Caçador e os Polos Presenciais de Içara, Siderópolis e São Carlos, totalizando 21 campi ligados à Reitoria do IF-SC.

De acordo com Valério Arcary<sup>18</sup> ao analisar esse plano de expansão dos Institutos Federais, conclui-se que:

“(...) O Ministério da Educação desenvolve uma política semelhante àquela do governo de São Paulo, quando o então governador José Serra (PSDB) criou o plano de expansão da Faculdade de Tecnologia de São Paulo (FATEC), funcionando como um “agrado” aos prefeitos municipais ligados ao PSDB”.

Analisando o discurso do prof. Valério Arcary, entendemos que de forma similar ao observado quando da política apresentada pelo governador José Serra em São Paulo, a maioria dos prefeitos de Santa Catarina também desejam um campus do Instituto Federal, mas neste caso a sigla partidária não foi o único critério adotado.

De acordo com o artigo 3º do Estatuto do IF-SC (2007), suas finalidades e características são:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vista à sua atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e

---

<sup>16</sup> O Campus Palhoça-bilíngue trabalha na educação de surdos em sede provisória, estando sua sede própria em construção.

<sup>17</sup> O Campus Avançado é parte integrante do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina IF-SC e deve atuar de forma integrada com sua Reitoria para alcance das finalidades dos Institutos Federais definidas na Lei nº 11.892/2008, segundo os pressupostos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Representa uma extensão de um Instituto em dimensão restrita, ou seja, há uma parceria do Instituto com o Município para qualificar trabalhadores nas áreas que estão carentes de serviços, sendo o corpo docente implicado na qualificação cedido pelo Instituto envolvido na parceria.

<sup>18</sup> Esse tema foi tratado numa palestra proferida em Brasília no dia 30 de maio de 2012 com o tema: “Os desafios do SINASEFE diante da expansão da rede”, por Valério Arcary (Instituto Federal de São Paulo).

nacional; II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais; III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão; IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal; V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica; VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino; VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica; VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente, Parágrafo Único. O IF - SC, verificado o interesse social e as demandas de âmbito local e regional, poderá ofertar os cursos, previstos no inciso V, fora da área tecnológica.

No ano de 2006, como parte do Plano de Expansão II da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica<sup>19</sup>, o CEFET-SC implantou três novas unidades, sendo uma delas a Unidade Florianópolis – Continente instalada na parte continental de Florianópolis. A Unidade Florianópolis-Continente iniciou suas atividades com a oferta de cursos nas áreas de Turismo e Hospitalidade, as outras duas unidades foram implantadas no interior de Santa Catarina: em Chapecó, na região oeste, e, em Joinville, no norte do estado catarinense. Ainda, em 2006, a Unidade Florianópolis-Continente passou a oferecer o Curso Técnico em Pesca, por meio do Campus Avançado de Itajaí, no litoral norte do estado. Tratava-se do primeiro curso em pesca marítima do País.

A sétima unidade de ensino do CEFET-SC começou suas atividades, oficialmente, em fevereiro de 2008, em Araranguá, na região sul de Santa Catarina.

De acordo com a Secretaria de Educação Tecnológica (2007, p. 4), o Projeto de Lei no 3.584/2005, convertido na Lei nº 11.195, de 18/11/05 previa a construção de 42 unidades de ensino, dentre elas, cinco Escolas Técnicas Federais, quatro Escolas Agrotécnicas Federais e 33 Unidades de Ensino Descentralizadas.

De acordo com IF-SC (2008b), com a publicação da Lei nº 11.892/2008 de 29 de dezembro de 2008 a qual implantou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. O IF-SC

---

<sup>19</sup> O Plano de Expansão da Educação Tecnológica do Governo Federal teve início em 1986 com o PROTEC, vigorando até a atualidade, tendo em vista que alguns campi não terem ainda suas obras finalizadas no ano de 2012.

passou por uma nova etapa de expansão, prevista para ser concluída em 2010, com a implantação dos campi de Itajaí, Gaspar, Lages, Criciúma, Canoinhas, Xanxerê, São Miguel do Oeste e do Campus Bilíngüe Libras-Português (especializado na educação de surdos, em Palhoça), além de pólos presenciais em Caçador, Laguna, Içara e Urupema.

Em 2012, ano de conclusão deste trabalho, o Instituto Federal de Santa Catarina possui 20 campi e dois pólos presenciais, distribuídos por todo estado catarinense, nas mais variadas áreas de atuação.

**QUADRO 1 - Cronologia do ensino técnico a partir da transformação para Escola Técnica Federal de Catarina**

<b>NOME</b>	<b>ANO DE CRIAÇÃO</b>	<b>MUNICÍPIO</b>
Liceu de Artes e Ofícios de Santa Catarina	Criado pelo Decreto Federal nº 7.566 de 23 de setembro de 1909	Florianópolis
Liceu Industrial de Santa Catarina	Transformado pela lei federal nº 378, em 13 de janeiro de 1937	Florianópolis
Escola Industrial de Santa Catarina	Decreto-lei nº 4.127, de 23 de fevereiro de 1942 transformou-se em Escola Industrial de Florianópolis	Florianópolis
Escola Industrial Federal de Santa Catarina	Transformada pela lei nº 4.759, de 20 de agosto de 1965	Florianópolis
Escola Técnica Federal de Santa Catarina – ETF-SC	Portaria Ministerial nº 331, de 17 de junho de 1968	Florianópolis
Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina – CEFET-SC	Alterado pela lei federal nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, decreto presidencial de criação 27 de março de 2002	Florianópolis
Instituto Federal de Santa Catarina – IF-SC	Transformado em Instituto Federal pela lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008	Florianópolis

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base no histórico do IF-SC

## **2 DE UNIDADE DESCENTRALIZADA AO CAMPUS SÃO JOSÉ: UM PERCURSO DA EDUCAÇÃO FÍSICA COMO DISCIPLINA**

Dez anos antes da promulgação da LDB e ainda durante o processo de democratização da sociedade brasileira pós-ditadura militar, o governo federal lançou em 1986, o Programa de Expansão do Ensino Técnico – (PROTEC). Segundo documentos oficiais, tal iniciativa buscava promover a descentralização do ensino técnico profissional em todo o país.

Em Santa Catarina foi atribuída ao então diretor da Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETF-SC), professor Alfeu Hermenegildo, a tarefa de implantar no município de São José a primeira Unidade de Ensino Descentralizada (UNED/SJ) vinculada ao instituto Federal de Santa Catarina.

Esse processo envolveu uma parceria entre a Prefeitura Municipal de São José representada pelo prefeito Germano João Vieira e a ETF-SC representada pelo seu diretor Prof. Alfeu Hermenegildo, o qual nomeou uma comissão provisória<sup>20</sup> constituída por docentes da escola para garantir o processo de implantação da UNED/SJ.

Almeida (2010) relata que:

Coube à direção geral da ETF-SC optar pela implantação provisória da Unidade. Nesse processo a Prefeitura Municipal de São José teve papel decisivo, alugando um prédio situado à rua Constâncio Krummel, nº 1937, onde, em 14 de março de 1988, após a realização de uma série de reformas e adaptações teve início o ano escolar para os primeiros 264 alunos matriculados nos cursos de Refrigeração e Ar Condicionado e de Telecomunicações. (ALMEIDA, 2010, p. 112)

Apenas um ano se passara e a publicação de uma nova Portaria a nº 67 de 6 de fevereiro de 1987 alterou os nomes dos então recém-criados Campus Avançados para Unidades de Ensino Descentralizadas (UNED). Em São José, oficialmente a escola passou a denominar-se Unidade de Ensino Descentralizada de São José, mas para a comunidade interna da ETF-SC, sua denominação era UNED São José.

O município de São José<sup>21</sup>, localizado na região da Grande Florianópolis, com 116km<sup>2</sup>,

---

<sup>20</sup> A coordenação do processo administrativo transitório ficou a cargo do Professor Telmo Luiz Luz, assessorado pelos professores da ETF-SC Orildo José Candido e Glauco Rodrigues Correia. (ALMEIDA, 2010, p.112)

<sup>21</sup> Site oficial da Prefeitura Municipal de São José disponível em <[http://www.pmsj.sc.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=26&Itemid=47](http://www.pmsj.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=26&Itemid=47)> Acesso em 27/05/2012.

sendo o quarto mais antigo de Santa Catarina e foi colonizado em 26 de outubro de 1750. Segundo dados do IBGE (estimativa 2009), a população de São José é de 209.804 habitantes, o que destaca como o quarto mais populoso de Santa Catarina. A base de sustentação da economia josefense está fundamentada no comércio, indústria e atividade de prestação de serviços, mantendo ainda a pesca artesanal, maricultura, produção de cerâmica utilitária e agropecuária como atividades geradoras de renda.

A UNED/SJ iniciou suas atividades escolares no dia 14 de março de 1988, atendendo um total de 264 alunos nas áreas de Refrigeração e Ar Condicionado (RAC) e de Telecomunicações (TELE), num prédio situado na Rua Constâncio Krummel nº 1937, no bairro Praia Comprida. O prédio fora cedido pela Prefeitura de São José, através de um convênio firmado com a então Escola Técnica Federal de Santa Catarina, representada pelo seu diretor Prof. Alfeu Hermenegildo. As condições das instalações físicas eram bastante precárias, com quadro provisório de docentes e de servidores técnicos administrativos. As atividades escolares foram iniciadas em 14 de março de 1988.

**QUADRO 2 - Evolução do status legal e da denominação do Campus São José**

<b>ANO DE CRIAÇÃO</b>	<b>PORTARIA DE CRIAÇÃO</b>	<b>DENOMINAÇÃO</b>
1986	Exposição de motivo nº 56, de 24 de fevereiro de 1986 – Criação do PROTEC	Campus Avançado
1987	Portaria nº 67 de 6 de fevereiro de 1987	Unidade de Ensino Descentralizada de São José
1988	Autorização de Funcionamento. Portaria nº 2.359, de 4 de setembro de 2003	Unidade São José
2002	Transformado em Unidade do CEFET, em 27 de março de 2002 pela Lei nº 8.948/1994 <sup>22</sup>	Unidade do Sistema CEFET
2008	Transformado em Instituto Federal pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008	Campus São José

Fonte: CUNHA, M. L. (2011) com base nos arquivos sobre a criação do Campus São José

De início os cursos ofertados eram Refrigeração e Ar Condicionado (RAC) e de Telecomunicações (TELE). Conforme relatado anteriormente, embora as atividades tenham sido iniciadas em 14 de março de 1988, a UNED São José foi inaugurada oficialmente no dia 19 de

<sup>22</sup> A Lei 8.948/1994 que criou os CEFETs foi publicada em 1994, mas a transformação foi estabelecida somente por meio de publicação de decreto específico em 27 de março de 2002.

abril de 1991. No entanto, a autorização de funcionamento só ocorreu quinze anos depois, com a publicação da Portaria nº 2.359 do Ministério da Educação, no Diário Oficial da União de 4 de setembro de 2003.

Conforme consta nos arquivos sobre a história do Campus São José, a escola havia iniciado suas atividades em 1988 em sede provisória, transfere-se para a sede definitiva em 1989, mas que também apresentava problemas, pois as obras ainda estavam sendo finalizadas. As salas de aula, por exemplo, estavam na grande maioria inacabadas.

A opção pelos cursos técnicos de Refrigeração e Ar Condicionado e de Telecomunicações decorreu de uma pesquisa realizada com empresários da grande Florianópolis, ligados às várias áreas de trabalho. A pesquisa indicou a necessidade de formação de técnicos para atuar nessas áreas, tendo em vista a existência de postos de trabalho não preenchidos.

De acordo com um ex-dirigente da UNED, em entrevista concedida para este trabalho:

Na época, as empresas de climatização e refrigeração planejavam se instalar em Joinville e em função das discussões e possibilidade de criação do Curso de RAC apostaram e se instalaram na grande Florianópolis. O curso de Tele teve grande influência da Intelbrás<sup>23</sup> e de outras pequenas empresas de telefonia da região (Ex-dirigente da UNED em entrevista a mim concedida em 29/08/2011).

A Escola Técnica Federal de Santa Catarina que, nessa época, contava apenas com a sede de Florianópolis, oferecia cursos em áreas técnicas diferentes das áreas propostas para São José eram: tais como, Agrimensura, Mecânica, Edificações, Eletrotécnica, Estradas, Saneamento, Eletrônica. (ALMEIDA, 2010, p. 106)

No período de realização desta investigação, a gestão do Campus na área do ensino estava assim distribuída: Diretor Geral, Gerente de Administração, Gerente de Desenvolvimento do Ensino, Coordenadores de Cursos de Cultura Geral, Refrigeração e Ar Condicionado e de Telecomunicações. Destacamos que o Campus São José teve ao longo de seus 24 anos de existência, os seguintes diretores:

---

<sup>23</sup> A Intelbrás - é uma empresa instalada no Município de São José, SC, que atua no ramo de telefonia e que tem mantido parcerias com o Campus São José na oferta de estágios e até na contratação de pessoal formado na área de Telecomunicações.

### QUADRO 3 - Dados cronológicos dos diretores do Campus São José

ANO DE GESTÃO	DIRETORES
01/03/1988 – 29/03/1990	Prof. Telmo Luiz Luz
15/08/89 a 27/01/90 27/01/90 a 07/07/94	Prof. Juarez Pontes
14/07/94 a 07/10/98	Prof. Volnei Duarte Gomes
07/10/98 a 19/02/03	Prof. Volnei Velleda Rodrigues
19/02/03 a 13/02/07	Prof. Jesué Graciliano da Silva
13/02/07 a 17/02/11	Prof. Jorge Luiz Pereira
17/02/2011	Prof. Nicanor Cardoso

Fonte: CUNHA, M. L. 2011 com base nos arquivos referentes a memória do Campus São José

O primeiro diretor geral do Campus São José foi o professor Telmo Luiz Luz nomeado pelo então diretor da ETF-SC prof. Alfeu Hermenegildo, no ano de 1988. Em 1989 é nomeado como diretor o professor Juarez Pontes, que deu sequência ao processo de implantação e também recebeu os primeiros servidores técnicos administrativos e docentes concursados formando o quadro de pessoal permanente da UNED. A data de posse dos concursados deu-se no dia 8 de janeiro de 1990.

Cabe ressaltar que no ano de 1994 tivemos a primeira eleição direta para diretor no Campus, sendo eleito o Prof. Volnei Duarte Gomes. Nesse período, muitas obras foram realizadas, destacando-se a construção do muro da escola e, no campo administrativo, teve-se a consolidação do Colegiado da Comunidade Escolar (CCE), o Colegiado de Administração e Ensino (CAE) e a aprovação do Regimento Interno e da Organização Didática.

Em 1998 foi eleito diretor geral o Prof. Volnei Velleda Rodrigues. O fato mais marcante desse período foi à mudança imposta pelo Decreto Federal nº 2.208/1997, ou seja, a desvinculação do Ensino Técnico em relação ao Ensino Médio.

O Campus São José, em 2001, precisou adequar-se ao previsto no Decreto Federal nº 2.208/1997, separando a Educação Profissional do Ensino Médio nos Cursos de Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio, nas áreas de Refrigeração e Ar Condicionado e de Telecomunicações. Esta separação aumentou o número de alunos formando no curso de Ensino

Médio regular, em contraposição aos alunos do ensino técnico subsequente. Esse aumento pode estar relacionado à boa infra-estrutura do Campus São José, que detém um alto índice de aprovação de alunos nos vestibulares das Universidades da grande Florianópolis.

No Campus São José, os representantes do Conselho de Ensino<sup>24</sup> realizaram várias reuniões com o objetivo de discutir as alterações propostas pelo Decreto Federal nº 2.208/1997. Uma das alegações dos dirigentes do IF-SC era a contrapartida, ou seja, o governo repassaria em termos de custeio valores diferenciados para financiar a educação técnica em detrimento a educação regular.

No tocante ao repasse de verbas para custear os gastos com manutenção da educação, o dirigente dizia que receberia um real (R\$ 1,00) por cada aluno do ensino médio regular, e três reais (R\$ 3,00) para cada aluno do ensino técnico. Essa era uma das formas do Governo Federal pressionar os dirigentes a adotarem, mesmo que devagar, a extinção do ensino médio na rede federal de ensino, reforçando a educação técnica.

Em 2003 foi eleito diretor geral do Campus São José o Prof. Jesué Graciliano da Silva. Esse período foi marcado pela realização de várias obras físicas, destacando-se a construção do Laboratório de Ensino a Distância (LEDIS), Laboratório de Humanas, Línguas, cobertura da quadra poliesportiva, construção do Centro de Convivência.

Em 2007 foi eleito diretor geral o Prof. Jorge Luiz Pereira. Nesse período realizaram-se algumas obras físicas, destacando-se a construção da Academia de Ginástica e no campo pedagógico, efetivou-se a oferta do curso de pós-graduação por meio do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

Em 2011 tivemos uma eleição para diretor geral *pro-tempore*, com mandato de um ano, dada a instalação dos Institutos Federais, sendo eleito o prof. Nicanor Cardoso que finalizou as obras do estacionamento externo, no ano de 2012, foi eleito diretor geral do Campus.

Assim, em 2011, o Campus São José oferecia à comunidade estudantil cursos<sup>25</sup> de ensino médio regular<sup>26</sup>, ensino técnico integrado ao ensino médio, nas áreas de Refrigeração e Climatização e de Telecomunicações, ensino técnico subsequente nas áreas de Refrigeração e Ar

---

<sup>24</sup> Conselho de Ensino era formado e presidido pelo Gerente do Departamento de Ensino, pelos coordenadores de curso, de RAC, TELE e Cultura Geral e todas as coordenações ligadas ao ensino.

<sup>25</sup> Obtido em: [http://www.sj.ifsc.edu.br/index.php?option=com\\_content&View=section&id=3&Itemid=6](http://www.sj.ifsc.edu.br/index.php?option=com_content&View=section&id=3&Itemid=6). <Acesso em 22/03/2012.

<sup>26</sup> O Curso de Ensino Médio Regular está em extinção, estando matriculados os alunos da última fase neste semestre letivo de 2012/01.

Condicionado e de Telecomunicações, curso superior de tecnologia (tecnólogo) na área de Telecomunicações, o curso de ciências da natureza com habilitação em Química e os cursos de ensino técnico subsequente a distância de Qualificação Básica em Refrigeração e Ar Condicionado e o de Instalação de Sistemas de Climatização Tipo Split.

Os cursos de ensino técnico integrado ao ensino médio são cursos destinados àqueles alunos que concluíram o ensino fundamental e que tenham como objetivo a formação técnica nas áreas de Refrigeração e Climatização e de Telecomunicações, com duração de oito semestres letivos. Os cursos de ensino técnico subsequente, com duração de três semestres letivos, destinam-se a alunos que já concluíram o ensino médio regular. O Curso Superior de Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações (Tecnólogo), com duração mínima de sete semestres, destina-se a alunos que tenham concluído o ensino médio ou ensino técnico, bem como, qualquer curso de nível superior, enquanto que o curso de graduação em Ciências da Natureza com Habilitação em Química<sup>27</sup>, com duração de oito semestres letivos, a alunos que tenham concluído o ensino médio, ensino técnico ou qualquer curso de nível superior, requisitos exigidos também para o curso de graduação (bacharelado) em Engenharia de Telecomunicações<sup>28</sup>, com duração de dez semestres letivos.

O IF-SC Campus São José, desde a sua fundação, vem, segundo os documentos oficiais, contribuindo na formação de uma força de trabalho especializada e trabalhando numa perspectiva de formar cidadãos capazes, o que permite a inserção de seus egressos nos mais variados ramos da indústria.

A disciplina Educação Física é ministrada apenas nos cursos de ensino técnico integrado ao ensino médio e ensino médio regular (cuja extinção está prevista para o ano de 2012). Com as mudanças ocorridas na legislação educacional, o Campus São José tem sido obrigado a promover mudanças na matriz curricular e, mais especificamente, na disciplina Educação Física, alterando de forma significativa o quantitativo de aulas, ao longo desses 24 anos de trabalho.

---

<sup>27</sup> No Art. 8º da Lei nº 11.892/2008, é definido que cada Instituto Federal deve ofertar o mínimo de 20% de suas vagas para os cursos de licenciatura.

<sup>28</sup> O curso de graduação (bacharelado) em Engenharia em Telecomunicações iniciou-se em fevereiro de 2012.

## 2.1 A EDUCAÇÃO FÍSICA NO INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA – CAMPUS SÃO JOSÉ

Este item busca informar o leitor sobre a trajetória da disciplina Educação Física enfatizando-se aspectos decorrentes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira de 1996. Abordar-se-á também os planos de ensino e a contribuição da disciplina Educação Física aos alunos do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio.

No dia 08 de janeiro de 1990 a UNED/SJ, finalmente, inicia suas atividades escolares em sede própria, construída na Rua José Lino Kretzer nº 608, no bairro Praia Comprida, com quadro próprio de docentes e servidores técnicos administrativos.

No Campus São José, em 1990, ocorreu a contratação por meio de concurso público de quatro professores de Educação Física, sendo eles: Alexandro Andrade, Clarice Becker Gallina, Fernando Gonçalves Bitencourt e Fernando Luiz Cardoso.

De acordo com o professor 1 em entrevista concedida para este trabalho<sup>29</sup>

[...] a disciplina de Educação Física adotou a mesma organização vigente no Campus Florianópolis, em termos de aula. No plano de ensino, algumas diretrizes foram seguidas, tendo em vista que já vinham sendo praticadas desde 1988. Dessas, destacaram-se: a oferta das aulas em turno oposto àquele em que o aluno estudava e o total de 2 aulas semanais com duração de uma hora e a separação das turmas por sexo (Professor 1 em entrevista a mim concedida em 24/09/2011).

A professora Clarice trabalhava exclusivamente com as turmas femininas, tendo em vista o número reduzido de meninas nos cursos técnicos, e os outros três professores trabalhavam com as turmas masculinas, apenas. Em meados de 1991, as turmas passaram a ser mistas.

Em 1991, mais precisamente no dia 12 de setembro, o autor desta dissertação, em decorrência de um processo de redistribuição<sup>30</sup>, iniciava suas atividades como professor de Educação Física no Campus São José, em substituição à professora Clarice Becker Gallina, transferida para o Campus Florianópolis.

---

<sup>29</sup> O professor entrevistado será identificado como Professor 1.

<sup>30</sup> De acordo com a Lei 8.112/90 Art. 37. Redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do SIPEC, observados os seguintes preceitos: (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97).

Em 1991, havia muitos alunos dispensados das aulas de Educação Física, todos amparados pelo Decreto-Lei 1.044 de 21 de outubro de 1969, que previa a tal dispensa por motivos de saúde, trabalho, prole e quando maiores de trinta anos de idade. A dispensa de alunos acarretava naquele momento muitos problemas para a disciplina Educação Física.

A direção do Campus São José daquela época deu total autonomia aos professores de Educação Física para que os mesmos pudessem construir o planejamento da disciplina de acordo com os cursos oferecidos na época que eram Refrigeração e Ar Condicionado (RAC) e Telecomunicações (TELE). Segundo o Professor 1:

Trabalhava-se com as aulas práticas, as quais além de aquecimento contavam também com a prática de uma modalidade esportiva que, nesse caso, poderia ser: Basquetebol, Futsal, Handebol e Voleibol. No começo, as aulas eram uma mera representação do gesto esportivo, ou seja, repetição de fundamentos e conseqüentemente na avaliação dos alunos pedia-se a reprodução daquilo que cada aluno havia aprendido. Passavam-se também as regras das quatro modalidades ofertadas como complemento do trabalho prático. (Professor 1 em entrevista a mim concedida em 24/09/2011)

Os professores eram quase todos recém-formados. Dois deles tinham apenas a graduação e os outros dois estavam terminando os cursos de pós-graduação, um deles em mestrado na Universidade Gama Filho no Rio de Janeiro e o outro estava terminando o curso de especialização na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Conforme depoimento do Professor 1:

Esses professores trouxeram para o Campus uma perspectiva de Educação Física um pouco diferente da habitual, [...] que era uma crítica ao modelo de sociedade, modelo de esportes, uma crítica de viés influenciada pela pedagogia marxista que iniciou na década de 70 no Brasil, principalmente, na década de 80. Em linhas gerais estava-se tentando pensar a Educação Física, não exclusivamente como uma prática, mas também uma prática de reflexão sobre a prática. (Professor 1 em entrevista a mim concedida em 24/09/2011)

Os primeiros passos para ter esse plano de curso diferenciado começaram com a composição das turmas mistas. Segundo o Professor 1:

[...] essa sugestão foi dada pelo prof. Fernando Luiz Cardoso, pois era um estudioso de gênero, dessa especialidade”. “nossa preocupação em fazer as turmas mistas era saber qual a visão que os pais teriam, ainda que fosse início da década de 90, da atividade física realizada com turmas de meninos e meninas juntos, não era algo muito comum, não era com um nas escolas e nem na Educação Física. [...] Na graduação que eu fiz, tinha um monte de disciplinas que eram separadas, natação, atletismo, basquete, entre

outras. (Professor 1 em entrevista a mim concedida em 24/09/2011)

A implementação das turmas mistas possibilitou que se começasse a refletir sobre o sentido da Educação Física, na qual a preparação para o esporte, que reflete as relações sociais a partir da prática da atividade física, do esporte, dos jogos, que reflete os próprios jogos.

A introdução do conteúdo teórico nas aulas de Educação Física no Campus São José deu-se:

[...] por meio do professor Alexandro Andrade, quando o mesmo cursava o mestrado. Começou-se a ler e trazer algumas revistas. Escolheram-se alguns textos interessantes para serem trabalhados com os alunos. (Professor 1 em entrevista a mim concedida em 24/09/2011)

Para este trabalho, não se discutirá o teor dos conteúdos dos planos de ensino da disciplina Educação Física, e sim as mudanças mais significativas que ocorreram em decorrência dos decretos e leis federais na configuração dos planos de ensino da disciplina de Educação Física desde 1990, tendo em vista que não há registros dos planos anteriores, ou seja, dos anos de 1988 e 1989 respectivamente. Tais mudanças ocorreram nos anos de 2001, 2005 e 2009.

Tendo como base o plano de curso da disciplina do ano de 1990, a Educação Física, além de todo trabalho prático desenvolvido com as modalidades esportivas: futsal, handebol, basquetebol e voleibol, promoviam-se a discussão de conteúdo teórico nos cursos de Refrigeração e Ar Condicionado e de Telecomunicações.

O conteúdo teórico era ministrado nas quatro séries e por bimestres, tendo em vista que o regime de ensino era anual. Na primeira série, dava-se especial atenção à qualidade de vida, estilo de vida e controle do “stress”.

Na segunda série, realizava-se o trabalho teórico, voltado para o sistema muscular e cardiorrespiratório; na terceira série, o trabalho voltava-se para as questões relacionadas ao controle de peso e mídia, e na quarta série desenvolvia-se a discussão sobre a sociologia do esporte. Esse trabalho manteve-se até a primeira mudança ocorrida em 2001, com a implementação do Decreto Federal nº 2.208/1997.

As aulas teóricas propunham discutir textos previamente selecionados acerca dos temas definidos no plano de ensino para cada série.

Em 2001, as aulas de Educação Física passaram a ser ministradas no mesmo turno e o

regime de ensino passou a ser semestral. Com isso foram solucionadas em parte as questões relacionadas às dispensas das aulas de Educação Física. Agora a maioria dos alunos podia participar das aulas. Anteriormente os alunos faziam o possível para não participarem das aulas de Educação Física, tendo em vista que estas eram ministradas em turno oposto.

Com o Decreto Federal nº 2.208/1997, tratado no capítulo 2, item II deste trabalho, mudou-se também o sistema de avaliação. Os conceitos substituíram as notas. O conceito “A” significava APTO e o “NA”, NÃO APTO, ou seja, competência não atingida.

No primeiro planejamento da disciplina, que contou com a participação de todos os professores de Educação Física, foi construído em 1990, o qual foi amplamente discutido, decidiu-se pelo trabalho com as modalidades esportivas (basquetebol, voleibol, ginástica acrobática<sup>31</sup>, capoeira e handebol).

Os referenciais teóricos utilizados foram: **Manual de Ginástica Olímpica** de autoria de José Carlos Eustáquio dos Santos (1986); **Handebol: Do aprendizado ao jogo disputado** de Horst Kasler (1978); **Metodologia do Ensino do Basquetebol** de Moacyr Daiuto (1978); **O Futebol em Cinco Dimensões** de Leonindo Rigo (1983); **Cadernos Técnicos Didáticos** (handebol, voleibol, basquetebol, ginástica olímpica) de Ralf Mario Treuherz (1989), e **O Brasileiro e seu Corpo** de João Paulo Subirá Medina (1987).

Nesse primeiro planejamento, os professores de Educação Física, recém contratados, no ano de 1990, destacaram que:

[...] aquele planejamento era o ponto de partida para todas as séries, haja vista, a ausência de uma Educação Física periódica nas primeiras séries de 1988 a 1990, devendo ser incluído conteúdo mais complexo para os segundos e terceiros anos, caso fosse possível. (Professor 1 em entrevista a mim concedida em 24/09/2011)

Nas segundas e terceiras séries, incluiu-se o Futsal e a Capoeira, para a quarta série não houve nenhum registro de mudança, permanecendo a escolha de uma modalidade, por parte dos alunos, para cada bimestre.

Recuperando e analisando o objetivo geral proposto em 1990 - “Desenvolver e estimular a socialização, politização e a atividade física junto ao corpo discente, por meio da especificidade da Educação Física, o movimento humano”, dir-se-ia que houve uma mudança na descrição dos objetivos das aulas de Educação Física em relação à atuação dos alunos na parte prática da

---

<sup>31</sup> A Ginástica Acrobática como era chamada na época passou a denominar-se Ginástica Artística.

disciplina.

Em relação aos conteúdos práticos e teóricos da disciplina Educação Física da 1ª série, também, houve mudanças significativas. A modalidade Capoeira foi trabalhada como clínica, ou seja, o conteúdo ensinado é feito esporadicamente e por professores que dominam essas técnicas, durante as duas primeiras semanas de aula. Como o conteúdo era dividido nos bimestres, o Handebol e o Futsal foram trabalhados no primeiro bimestre.

Na parte teórica houve a introdução da apostila com textos relacionados aos “Princípios básicos do condicionamento físico para a saúde” (NAHAS, 1989). Esse conteúdo era desenvolvido concomitantemente com a modalidade handebol, cujo objetivo específico era: “tomar conhecimento e relacionar a nutrição com o controle de peso e os exercícios físicos, bem como descrever os princípios básicos do condicionamento físico e saúde”. Os conteúdos teóricos eram trabalhados e aplicava-se uma avaliação acerca do assunto trabalhado em cada bimestre e também sobre a modalidade esportiva.

Na modalidade Futsal, tinha-se como conteúdo teórico: Conceituar Stress, Fadiga e Aptidão Física (NAHAS, 1989), além de trabalhar os fundamentos básicos da modalidade. Tinha-se como objetivo específico relacionar-se com o grupo de maneira participativa, solidária e crítica, socializando-se e compreendendo a relação teoria e prática pedagógica do movimento humano com a prática social.

No terceiro bimestre, havia as seguintes modalidades: Basquetebol, Ginástica Acrobática e Voleibol. Além dos conteúdos práticos referentes aos fundamentos dessas modalidades, trabalhava-se com os textos teóricos relacionados a cada modalidade. O Basquetebol tinha como objetivo “Conceituar Criticamente o que é Educação Física – apostila 2; na Ginástica Acrobática trabalhava-se com a apostila 3 e tinha como objetivo: “Descrever a História da Educação Física (GHIRALDELLI JR., 1988)”, trabalhava-se também com o texto “O Brasileiro e Seu Corpo”, (MEDINA, 1987) e, por fim, tinha-se o Voleibol. Nessa modalidade, os alunos deveriam descrever “As Principais Implicações e Benefícios do Exercício Físico Relacionado à Aptidão Física e Saúde, apoiados no texto “Sistema Cardiovascular, Muscular, e Exercício Físico (NAHAS, 1989).

Na segunda série, mantinham-se os mesmos objetivos gerais da 1ª fase, porém os objetivos específicos eram diferentes, tendo em vista a inclusão de outros textos teóricos, bem como a mudança de ordem das modalidades ofertadas. O Voleibol passou a ser ofertado no

primeiro semestre juntamente com o Futsal. Os textos trabalhados eram A Educação Física nas escolas (TAFFAREL, 1984) e A criança que pratica esporte respeita as regras do jogo capitalista (BRACHT, 1989).

Nas 3<sup>as</sup> e 4<sup>as</sup> séries, os alunos escolhiam o que eles queriam praticar em termos de modalidade esportiva, mas isso não caracterizava que os alunos ficavam livres da discussão de textos teóricos. Em 1993:

[...] foram usados textos do Paulo Ghiraldelli Junior, sobre as perspectivas da Educação Física no Brasil por meio dos quais ele faz um relato da história da Educação Física das cinco grandes correntes, periodizando o que ele chamou de Educação Física Higienista. (Professor 1 em entrevista a mim concedida em 24/09/2011)

Com aqueles objetivos desenhados à luz de referenciais teóricos, teve início a construção do plano de curso da Educação Física existente até o momento no Campus São José. Sobre o mesmo, o Professor 1 destaca:

[...] marcadamente teve algumas discussões sobre as questões relacionadas à atividade física, stress, qualidade de vida, exercício físico, sistema cardiorrespiratório, nutrição e isso ia avançando em direção a questões mais sociológicas, menos ligadas à Biologia acredito que a gente não faça isso só com a biologia do corpo, mas também fazendo uma crítica social, procurando fazer isso com os textos ligados a gênero, aos meios de comunicação, ao corpo, ao esporte, ao futebol, a sociologia e sobre esses aspectos a Educação Física nesse contexto. (Professor 1 em entrevista a mim concedida em 24/09/2011)

Em setembro de 1992, chegaram ao Campus outros dois professores, também por meio de processo de redistribuição do extinto Território Federal de Roraima, para Santa Catarina. Teve-se a continuidade das aulas normalmente e criou-se uma turma denominada “Turma Especial” para atender alunos que residiam em municípios distantes do Campus e que trabalhavam menos de seis horas diárias, ou seja, aqueles que não tinham como ser dispensados. Para essa turma, ofertavam-se duas aulas semanais de 60 minutos cada. Esse modelo de atendimento perdurou até o ano de 2001.

Um dos maiores problemas enfrentados entre 1988 e 2001, além da dispensa das aulas por motivos de trabalho, doença e prole, era o turno oposto e os gastos que os pais de alunos tinham com deslocamento e alimentação de seus filhos, tendo em vista que muitos alunos iam para casa e retornavam para assistir às aulas de Educação Física no outro turno.

No início de todo ano letivo, faziam-se reuniões e adequações, principalmente, na parte

teórica, ou seja, nos textos que eram discutidos para subsidiar as aulas práticas e os conteúdos pré-elencados no plano de curso e planejamento de ensino da disciplina.

Essa mudança, por mais simples que pareça, trouxe grandes avanços para o desenvolvimento da disciplina Educação Física no Campus São José, pois os alunos que anteriormente eram dispensados por motivos de trabalho passaram a compor as turmas normalmente. Poucos alunos trabalhavam mais de seis horas diárias e alguns alunos, que mesmo podendo ser dispensados por problemas de saúde, como os portadores de afecções congênitas<sup>32</sup>, passaram a fazer as aulas de Educação Física normalmente, respeitando suas possibilidades e condição física.

Em 1996 houve a construção de uma sala denominada “sala da cultura”<sup>33</sup>. A sala foi construída com o objetivo de suprir a demanda existente nos dias de chuva, tendo em vista que as duas quadras poliesportivas eram descobertas, e por consequência, quando chovia os alunos eram dispensados das aulas. Ia-se para a sala discutir textos, jogar todas as modalidades disponíveis nela. Essa sala até hoje atende não só ao grupo de professores da Educação Física, mas também aos demais professores da Cultura Geral, citando, como exemplo, a disciplina de Artes que tem solicitado o espaço para realizar ensaios de peças teatrais, entre outras atividades.

Embora efetivadas as mudanças em 2001 decorrentes do Decreto Federal nº 2.208/1997, separando os cursos de ensino técnico integrado ao ensino médio, os professores do Campus São José não se sentiram satisfeitos em ter que abandonar um modelo de ensino que vinha sendo ofertado desde a criação do Campus em 1988.

Entre 2001 e 2005, formou-se uma comissão interna para discutir a reestruturação do currículo do ensino médio. Resultou dessa discussão um currículo com formação eminentemente técnica, no qual previa-se a formação de alunos com potencial na área técnica para que estes pudessem dar continuidade aos estudos no próprio Campus.

Embora o Decreto Federal nº 2.208/1997 tenha separado o Ensino Médio do Ensino Técnico no Campus São José, a evasão de alunos diminuiu nos curso de ensino médio e a procura por este também aumentou. Acredita-se que esse aumento vinculou-se às condições voltadas à

---

<sup>32</sup> As afecções congênitas eram doenças pelas quais os alunos tinham amparo legal no artigo primeiro do Decreto-Lei nº 1.044 – de 21 de Outubro de 1969.

<sup>33</sup> Sala de cultura é um ambiente dotado de duas mesas de tênis de mesa, um quadro branco (lousa), 10 mesas e 40 cadeiras, 1 banco sueco, 40 halteres de 1 e 2 quilos, 20 pares de tornozeleiras de 1,5 e 2 quilos, 5 jogos de xadrez, 2 jogos de damas, 2 jogos de futebol de botão, 40 tatames.

qualidade de ensino implementada no Campus São José, o que permitiria aos alunos vislumbrarem a oportunidade de serem aprovados em vestibulares sem ter que fazer “cursinhos” preparatórios.

No que se refere à disciplina Educação Física, entendeu-se que houve alguns ganhos com essa mudança. O plano de ensino sofreu algumas alterações, passando o regime de ensino de anual para semestral. No regime anual, os conteúdos da disciplina Educação Física eram desenvolvidos nos quatro bimestres que compunham o ano letivo, em cada um deles um tema era abordado em termos de conteúdo teórico. Com a implementação do regime semestral, os conteúdos foram agrupados. Em cada semestre, dois temas eram trabalhados paralelamente às modalidades esportivas.

Com a implantação do Decreto Federal nº 5.154/2004, outra mudança no currículo se fez presente, ou seja, o retorno do curso de ensino técnico integrado ao ensino médio e a consequente extinção do ensino médio regular. Foram feitas algumas adequações no plano de ensino da disciplina Educação Física, havendo perda bastante significativa no tocante ao número de aulas. As aulas foram alocadas da primeira até a quarta fase, com duas aulas semanais. O tempo da aula passou para de quarenta e cinco para cinquenta e cinco minutos cada. Mudou-se a configuração da matriz curricular, das cinco aulas diárias existentes passaram para quatro, e das 25 semanais caíram para 20.

No tocante ao conteúdo teórico, houve remanejamento dos assuntos que eram trabalhados na sexta fase do ensino médio regular, os quais passaram a ser trabalhados na terceira e quartas fases respectivamente do ensino técnico integrado ao nível médio. Registre-se que não havia alteração dos conteúdos teóricos desde 2001.

**QUADRO 4 - Objetivos gerais contidos nos planos de ensino de 1990 a 2009 e implicações para a Educação Física**

<b>ANO</b>	<b>OBJETIVOS</b>	<b>IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA</b>
<b>1990-2000</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolver e estimular a socialização, politização e a atividade física junto ao corpo discente por meio da especificidade da educação física, o movimento humano</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sendo o primeiro plano de ensino do Campus, não houve implicações de imediato.</li> <li>Serviu de base para os outros planos de ensino.</li> </ul>
<b>2001-2005</b>	1ª fase	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Conceituar qualidade de vida;</li> <li>Identificar e destacar os benefícios, advindos da promoção de atividade física no combate ao stress.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aulas no mesmo turno;</li> <li>Perda de carga horária na matriz curricular;</li> <li>diminuição das dispensas de alunos da prática da Educação Física.</li> </ul>
	2ª fase 1º e 2º bimestres	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sistema cardiovascular e exercício físico;</li> <li>Sistema muscular e exercício físico.</li> </ul>	
	3ª fase 1º e 2º bimestres	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Nutrição e controle de peso;</li> <li>Primeiros socorros</li> </ul>	
	4ª fase 1º e 2º bimestres	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mídia e Educação Física;</li> <li>Mídia e Educação Física</li> </ul>	
	5ª fase 1º e 2º bimestres	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>A construção cultural do corpo;</li> <li>A construção cultural do corpo</li> </ul>	
6ª fase 1º e 2º bimestres		
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sociologia do esporte</li> </ul>	
<b>2005-2009/1<sup>34</sup></b>	<b>COMPETÊNCIAS</b>	<b>IMPLICAÇÕES</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Compreender a ecologia corporal integrada a ecologia ambiental promovendo a melhoria da qualidade de vida;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aulas em todas as seis fases do ensino médio regular;</li> <li>Perda de carga horária na matriz curricular;</li> <li>Mudanças de objetivos para</li> </ul>

<sup>34</sup> Esse período compreende as mudanças decorrentes no curso de ensino médio regular com ênfase tecnológica, que tinha o objetivo de assegurar aos alunos conteúdos mais técnicos e menos de formação geral, tentando segurar esses alunos nos cursos técnicos.

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reconhecer os benefícios da atividade física relacionada a saúde, compreendendo o funcionamento do organismo.</li> </ul>	competências; <ul style="list-style-type: none"> <li>• Extinção da nota de 0 a 10 e implantação dos conceitos, A, B, C e D.</li> </ul>
<b>2009/2</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Perda de carga horária na matriz curricular;</li> <li>• Aumento do tempo de aula para 55 minutos;</li> <li>• Aulas até a 4ª fase do ensino técnico integrado ao ensino médio.</li> </ul>

Fonte: O autor com base nos planos de ensino da disciplina de Educação Física de 1990, 2001, 2005 e 2009/02.

Os conteúdos teóricos desenvolvidos na primeira fase são: Estilo e Qualidade de Vida e promoção da Atividade Física / Stress, na parte teórica temos o texto sobre Estilo e Qualidade de Vida.

Na segunda fase trabalha-se com textos sobre: os Sistemas Muscular e Cardiovascular, Exercício Físico, Nutrição e Controle do Peso e os Filmes: Programa da TV Cultura (nutrição), Vídeo Mcdonald (nutrição).

Na terceira fase trabalhamos com a questão de gênero com os textos: a Construção Cultural do Corpo feminino, e Os mitos. Juntamente com os Filmes: Billy Elliot, Sorriso de Mona Lisa e Driblando o destino.

Na quarta fase temos como conteúdo Sociologia do Esporte e Mídia e Educação Física, os textos: Eu Etiqueta, Esporte e Cultura e a violência no Futebol Brasileiro. Filmes: Para além do Cidadão Kane, Boleiros 1; Bangu 100 Anos de História.

## 2.2 A EDUCAÇÃO O FÍSICA NOS PROGRAMAS DE CURSO DO CAMPUS SÃO JOSÉ

No ano de 2012 o Campus São José conta com cinco professores de Educação Física. Destes, dois possuem doutorado, um possui mestrado, uma especialização e um mestrando<sup>35</sup>.

A atuação desses profissionais está centrada nos cursos de ensino técnico integrado ao ensino médio nas áreas de Refrigeração e Climatização e de Telecomunicações, Ensino Médio

<sup>35</sup> O autor dessa dissertação, matriculado no Programa de Mestrado MINTER entre a Faculdade de Educação da Unicamp e o Instituto Federal de Santa Catarina.

regular (em extinção) e Licenciatura em Ciências da Natureza com Habilitação em Química<sup>36</sup>.

O curso de Ensino Médio regular<sup>37</sup> tem duração de seis fases<sup>38</sup>. A carga horária total da Educação Física no curso, compreendendo as seis fases, é de 224 horas. A Educação Física é ofertada da primeira à sexta fase. A carga horária está assim distribuída: 1ª e 2ª fases - três aulas semanais, da terceira à sexta fase têm-se duas aulas semanais. O tempo da hora-aula, em todas as fases, tem a duração de 45 minutos.

No Curso de Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio ou “Integrado” como é popularmente chamado, a Educação Física está presente com duas aulas semanais da 1ª a 4ª fase, com carga horária total de 160 horas. O curso final está estruturado em oito fases com 3.200 horas, (divididas em 2.000 horas para o ensino médio e 1.200 horas para o ensino técnico) ou quatro anos, sendo que o ensino é integrado entre disciplinas técnicas e de cultura geral desde a primeira fase.

Segue abaixo, quadro ilustrativo do quantitativo das aulas de Educação Física ministradas por curso, desde a criação do Campus São José, em 1988.

**QUADRO 5 - Evolução das aulas de Educação Física no Campus São José**

<b>ANO</b>	<b>NÚMERO DE AULAS SEMANAIS</b>	<b>CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO</b>	<b>REGIME DO CURSO</b>
1988	03	360	ANUAL
2001	03	320	SEMESTRAL
2005	03	224	SEMESTRAL
2009	02	160	SEMESTRAL

Fonte: CUNHA, M. L (2011) com base nas Matrizes Curriculares do IF-SC - Campus São José

Analisando cronologicamente, a partir de 1988, constata-se a primeira mudança do regime de estudos anual para semestral em 2001, conjuntamente com a aplicação do Decreto Federal nº 2.208/1997. Isso trouxe mudanças substanciais, principalmente, no ensino técnico e no ensino

<sup>36</sup> As disciplinas trabalhadas não fazem parte da Educação Física.

<sup>37</sup> O ensino médio regular está em extinção devendo ser finalizado em 2012.

<sup>38</sup> Cada fase corresponde a um semestre letivo, ou seja, no ensino técnico integrado ao ensino médio o curso está estruturado em oito fases ou oito semestres.

médio. Aconteceu nesse momento a primeira redução no número de aulas da disciplina. A carga horária de 360 horas aulas nas quatro séries passou para 320 horas, totalizando uma redução de 40 horas aula no curso. A adesão ao Decreto Federal nº 2.208/1997 só ocorreu em 2001, já que segundo o mesmo as escolas tinham cinco anos para implementar as mudanças decorrentes de sua aplicação.

Com a mudança ocorrida em 2001, mudou-se a quantidade de aulas semanais nas 3<sup>as</sup> e 4<sup>as</sup> fases. As três aulas existentes nessas fases foram reduzidas para duas aulas. Nas demais fases permaneceram o mesmo número de aulas, ou seja, três aulas semanais, totalizando ao final do curso 320 horas aula.

Em 2005, aconteceu outra mudança. O ensino médio foi reestruturado em ensino médio com ênfase tecnológica. O objetivo desse curso era fazer com que o aluno que terminasse o ensino médio continuasse seus estudos na própria escola, dando sequência com a formação técnica. A reestruturação deu-se por determinação da coordenadoria de Cultura Geral. Nesse caso, também ocorreu uma redução bastante significativa no quantitativo de horas, passando das 320 para 224, totalizando uma redução de 96 horas-aula.

No ano de 2009, mais especificamente no segundo semestre letivo, ocorreu a mudança de nomenclatura dos cursos ofertados e também no quantitativo de aulas de Educação Física, passando de 224 para 160, totalizando uma redução de 200 horas-aula de 1988 a 2011.

Destaca-se no quadro 3 que em função das várias mudanças ocorridas por meio de Leis e Decretos, o regime de estudos em 1988 era anual e mudou para semestral a partir de 2001, sendo esse o regime que vigora atualmente no ano de 2012.

Analisando, ainda, o quadro 3 observa-se o constante decréscimo da carga horária da disciplina Educação Física. Em 1988, a Educação Física era regulamentada pelo artigo 7º da Lei nº 5.692/1971 e vinha atuando de forma complementar, ou seja, eram obrigatórias sua inclusão e sua oferta na matriz curricular.

No livro Política Educacional e Educação Física de Lino Castelani Filho (1998, p. 6), o autor faz uma análise da redação do Decreto nº 69.450, no qual a Educação Física era facultada aos alunos que trabalhassem mais de seis horas diárias e estudasse à noite e logo estendido a todos que comprovassem o vínculo empregatício, independentemente do turno que viessem a estudar. O autor analisa que isso reforçava a lógica de que estando o aluno já integrado ao mercado de trabalho, caberia a esse e não à escola a responsabilidade pela capacitação,

manutenção e reprodução de sua força de trabalho. (CASTELANI FILHO, 1998, p. 7)

A dispensa dos alunos maiores de 30 anos de idade, a mesma relação com o aluno trabalhador “na condição de arrimo de família ou prestes a sê-lo, vinculado ao mercado de trabalho, cabendo a este tomar providências para a manutenção e, quando necessário, recuperação da aptidão física de seu funcionário”. (CASTELANI FILHO, 1998, p. 8)

Aos alunos que estavam prestando o serviço militar na tropa, “[...] similitude existente entre trabalho corporal/levado a efeito nas forças armadas e aquele outro das aulas escolares de Educação Física”. (CASTELANI FILHO, 1998, p. 8)

O aluno incapacitado fisicamente “[...] confirmava a tese de que ela só se justifica pela centralização exclusiva da sua ação pedagógica, na atividade física isenta da necessidade de ser pensada, refletida, teorizada”. (CASTELANI FILHO, 1998, p. 8)

Relata ainda que seis anos mais tarde, por meio da Lei nº 6.503 de 13 de dezembro de 1977, foram incorporados outros dois itens: facultava ao aluno de pós-graduação, “[...] Também aqui o raciocínio não deixava dúvidas: estudos de pós-graduação tinham íntima relação com trabalho intelectual, o que afastava a necessidade de capacitação física para o exercício profissional” Outro item dizia respeito a tornar facultativa a prática da Educação Física à mulher. (CASTELANI FILHO, 1998, p. 8)

Conforme consta nos documentos oficiais<sup>39</sup> do Campus São José, desde o ano de 1988, a Educação Física é parte integrante da matriz curricular. No entanto, neste ano, as aulas eram ministradas no turno oposto ao turno regular ao qual o aluno estudava, nesse período ofertava-se duas aulas semanais consecutivas, com duração de sessenta minutos cada. A carga horária total da Educação Física no curso de Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio era de 360 horas em regime anual e a carga horária total do curso era 4.020 horas no curso de Telecomunicações e 4.170 horas<sup>40</sup>, os alunos do noturno eram dispensados das aulas de Educação Física.

---

<sup>39</sup> O campus São José possui um arquivo de documentos relativos a sua memória e história com o nome de MUNED – Memória da UNED.

<sup>40</sup> A diferença da carga horária nos cursos em 1987 de TELE e RAC deu-se pelo fato da carga horária nas disciplinas técnicas de RAC ser de 1.740 e de TELE ser de 1.590.

**QUADRO 6 - Matriz curricular do ensino médio 1988**

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE SANTA CATARINA UNIDADE DE ENSINO DESCENTRALIZADA DE SÃO JOSÉ CURSO TÉCNICO DE TELECOMUNICAÇÕES - 1988							
MATÉRIAS	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL				TOTAL	
		1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4ª SÉRIE	C	H
PORTUGUÊS	LÍNGUA PORTUGUESA	2	2	2	-	6	180
	LITERATURA	-	-	-	2	2	60
ESTUDOS SOCIAIS	HISTÓRIA	2	-	-	-	2	60
	GEOGRAFIA/EST.REGIONAIS	2	-	-	-	2	60
	OSPB	1	-	-	-	1	30
MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	3	3	2	2	10	300
CIÊNCIAS	FÍSICA	3	3	-	-	6	180
	QUÍMICA	2	2	-	-	4	120
	BIOLOGIA	2	-	-	-	2	60
LÍNGUA ESTRANGEIRA	INGLÊS	2	-	-	-	2	60
ATIVIDADES	EDUCAÇÃO FÍSICA	3	3	3	3	12	360
	EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	2	-	-	-	2	60
	EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA	2	-	-	-	2	60
	PROGRAMA DE SAÚDE	2	-	-	-	2	60
	ENSINO RELIGIOSO	2	-	-	-	2	60
<b>TOTAL</b>		<b>30</b>	<b>13</b>	<b>07</b>	<b>07</b>	<b>57</b>	<b>1.710</b>
ELETRICIDADE	ELETRICIDADE BÁSICA	6	-	-	-	6	180
ANÁLISE DE CIRCUITO	ANÁLISE DE CIRCUITOS	-	4	-	-	4	120
ELETRÔNICA	ELETRÔNICA BÁSICA I	-	7	-	-	7	210
	ELETRÔNICA BÁSICA II	-	-	4	-	4	120
	ELETRÔNICA APLICADA	-	-	4	-	4	120
	ELETRÔNICA DIGITAL I	-	2	-	-	2	60
	ELETRÔNICA DIGITAL II	-	-	4	-	4	120
INFORMÁTICA	INFORMÁTICA	-	-	3	-	3	90
TELECOMUNICAÇÕES	TELEFONIA	-	-	4	2	6	180
	COMUNICAÇÕES	-	-	-	5	5	150
	MEIOS DE TRANSMISSÃO	-	-	-	6	6	180
	TELEMÁTICA	-	-	-	4	4	120
DESENHO	DESENHO TÉCNICO	-	2	-	-	2	60
ORG. E NORMAS	ORGANIZAÇÕES E NORMAS	-	-	2	-	2	60
TOTAL II		06	15	21	21	63	1.890
ESTÁGIO PROFISSIONAL		-	-	-	-	-	720
<b>TOTAL</b>		<b>36</b>	<b>28</b>	<b>28</b>	<b>28</b>	<b>120</b>	<b>4.320</b>

Fonte: Coordenação do curso técnico de telecomunicações (2011)

Como já mencionado anteriormente, em 1994, criou-se uma turma denominada “turma especial” que tinha suas aulas ministradas após o horário de saída do turno vespertino (às dezessete horas e trinta e cinco minutos), com duração de uma hora, e dois encontros semanais. A composição dessa turma era prioritariamente de alunos matriculados nos cursos nos períodos

matutino e vespertino que residiam em outras cidades, hoje considerada região metropolitana da grande<sup>41</sup> Florianópolis, bairros distantes da escola e que apresentavam poucas opções de horários de ônibus e além de alunos que trabalhavam menos de seis horas diárias.

As aulas de Educação Física ministradas no período oposto ao curso perduraram até o ano de 2001, ano em que foram implementadas as mudanças ocorridas com a publicação do Decreto Federal nº 2.208/1997 que regulamentou a LDB, as aulas passaram a ser ofertadas no mesmo período o em que o aluno estudava, conforme o quadro abaixo:

Em 1999, o Campus São José deixou de ofertar o ensino técnico integrado ao ensino médio, passando a oferecer o curso de ensino médio regular e o curso de ensino técnico subsequente separadamente, atendendo ao disposto no Decreto Federal nº 2.208/1997 e sua implementação deu-se apenas no ano de 2001.

A partir de 2001, no Campus São José, a disciplina de Educação Física começa a perder espaço na composição do currículo em relação ao número de aulas semanais previsto para o curso de ensino médio.

Com a adoção do Decreto Federal nº 2.208/1997, as aulas de Educação Física passaram a ser ministradas no mesmo período das demais disciplinas. As 18 aulas que a Educação Física tinha, ao longo do curso, foram reduzidas para 16 aulas devido à reestruturação curricular e à inclusão das disciplinas de Filosofia e Sociologia, em cumprimento à Lei nº 11.684/2008.

As mudanças ocorridas na composição podem ser visualizadas na matriz curricular referente o ano de 2001:

---

<sup>41</sup> A Região Metropolitana de Florianópolis é uma região brasileira formada por 22 municípios. Foi criada pela lei complementar estadual nº 162 de 1998. Foi extinta pela lei complementar estadual nº 381 de 2007 e reinstituída pela lei complementar estadual nº 495 de 2010. É constituída por alguns municípios conurbados e por outros do entorno da capital Florianópolis.

**QUADRO 7 - Matriz curricular do ensino médio regular vigente a partir de 2001 com base na matriz proposta pelo decreto 2.208/1997**

<b>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</b> <b>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MÉDIA E TECNOLÓGICA</b> <b>CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE SANTA CATARINA</b> <b>UNIDADE DE SÃO JOSÉ</b>										
QUADRO CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO VIGENTE A PARTIR DE 2001 Fundamentação legal: Lei nº 9.394 de 20/12/96, Parecer CEB/CNE nº 15 de 01/06/98 e Resolução CEB/CNE nº 3 de 26/06/98										
Áreas de Conhecimento	Eixos Temáticos		Carga Horária Semanal						Total de Créditos	
	Base Nacional Comum	Parte Diversificada	Fases							
			1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª		
Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	Português	Inglês	2	4	4	4	2	2	18	
	Artes				2	2	2	2	8	
		Cultura Inglesa			2	2			4	
	<b>Educação Física</b>		2						2	
			<b>3</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>16</b>	
	Informática		3						3	
Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias	Matemática	Estatística	3	3	3	3	2	3	17	
			2						2	
	Física	Lógica	3	3	2	2	2	2	14	
				2					2	
	Química		3	3	2	2	2		12	
	Biologia			2	2	2	2	2	10	
Ciências Humanas e suas Tecnologias	História		2	2	2	2	2		10	
	Geografia	Ipc		3	2	2	2	2	11	
	Filosofia				2	2			4	
	Sociologia						2	2	4	
							2		2	
	Relações Humanas		Cad	2					2	4
	Outros					2		2		
							5	15		
Total (horas-aula semanais)			25	25	25	25	25	25	150	
<b>Carga Horária Total (horas-aula)</b>									<b>3.360</b>	

Fonte: Coordenadoria de Cultura Geral (2001)

No ano de 2005, houve outra mudança decorrente da Reestruturação Curricular proposta pela Gerência de Desenvolvimento do Ensino do Campus São José. As aulas de Educação Física passaram de dezesseis para catorze aulas, ao longo do curso, conforme mostra o quadro:

**QUADRO 8 - Matriz curricular do ensino médio vigente a partir de 2005**

<b>GRADE CURRICULAR DO CURSO DE ENSINO MÉDIO COM MODIFICAÇÕES IMPLANTADAS EM 2005</b>											
	ÁREA	COMPONENTE CURRICULAR	SEMESTRE (Carga horária semanal)						Carga Horária		
			I	II	III	IV	V	VI	S	T	
B A S E  N A C I O N A L  C O M U M	LINGUAGENS, CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS	Português	2	2	4	4	4	4	20	320	
		Artes	2	2					4	64	
		<b>Educação Física</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>14</b>	<b>224</b>	
	CIÊNCIAS DA NATUREZA, MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	Biologia e Programas de Saúde	2		2		2	2	12	192	
		Física	3	3	3	3	3	3	18	288	
		Química	3	3	3	3	3	3	18	288	
		Matemática	4	4	3	3	3	3	20	320	
	CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS	História		2	2	2	2	2	10	160	
		Sociologia			2	2			4	64	
		Geografia	2	2	2	2	2	2	12	192	
		Filosofia					2	2	4	64	
	D I V E R S I F I C A D A	LINGUAGENS, CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS	Inglês		2	2	2	2		8	128
			Informática	2						2	32
CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS		Relações de Trabalho	2					2	4	64	

TOTAL CARGA HORÁRIA SEMANAL	25	25	25	25	25	25	
TOTAL GERAL (CARGA HORÁRIA)	2400						

Fonte: Cunha, M. L. com base em Coordenação de Cultura Geral – Campus São José (2005)

A disciplina de Educação Física, durante o período de 1988 a 1999, foi a disciplina com maior número de aulas. Com a implementação do Decreto Federal nº 2.208/1997 e ajustes promovidos na matriz curricular em 2005 passou a ser a quinta disciplina em termos de carga horária dentro da matriz curricular no curso de ensino médio.

Com a publicação do Decreto Federal nº 5.154/2004, como visto, o Campus foi obrigada a ofertar o ensino técnico integrado ao ensino médio e a Educação Física continuou sendo componente curricular obrigatório, integrante da base nacional comum. No entanto, “perdeu espaço” novamente na matriz curricular conforme poderá ser observado no quadro 9.

No segundo semestre do ano de 2009, iniciou o Curso Técnico Integrado ao Nível Médio, distribuído em 8 fases e regime de ensino semestral.

A Educação Física passou a ser ofertada da primeira a quarta fase, com duas aulas semanais, de 55 minutos cada, totalizando 160 aulas ao final do curso.

Considerando as 18 aulas que se tinha, nos anos 90, houve uma redução considerável no número de aulas, ao longo dos anos e também no tempo da hora – aula, embora esta tenha aumentado de quarenta e cinco para cinquenta e cinco minutos, conforme demonstra o quadro 9:

**QUADRO 9 - Demonstrativo da perda de aulas de 1988 - 2011**

ANO	TOTAL DE AULAS NO CURSO	DURAÇÃO DAS AULAS	REGIME DE ENSINO	PERDA DE CARGA HORÁRIA
1988	360	60 minutos	Anual	
2001	320	45 minutos	Semestral	40 horas-aula
2005	224	45 minutos	Semestral	96 horas-aula
2009/02	160	55 minutos	semestral	64 horas-aula
<b>Total</b>				<b>200 horas-aula</b>

Fonte: CUNHA, M. L.com base nas Matrizes Curriculares do IF-SC – Campus São José

A Educação Física não é ofertada aos alunos dos Cursos de Ensino Técnico subsequente,

nos Cursos Superiores de Tecnologia, Bacharelado em Telecomunicações e Licenciatura em Ciências da Natureza com Habilitação em Química, embora houvesse movimentos informais, por parte de alguns alunos e professores, para sua oferta nesses cursos. No terceiro capítulo, abordar-se-á essa questão mais detalhadamente.

Pode-se verificar a distribuição das aulas de Educação Física vigente no Curso de Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio, observando o quadro 10:

**QUADRO 10 - Carga horária vigente para os cursos de ensino técnico integrado ao ensino médio de telecomunicações - 2009/2**

	Área de Conhecimento	Componente Curricular	Carga Horária Semanal								Total		
			I		II		III		IV		N. de Aulas	CH	
			S1	S2	S1	S2	S1	S2	S1	S2			
Base Nacional Comum e Diversificada	Códigos, Linguagens e suas Tecnologias	Português	2	2	2	2	2	2			12	240	
		Inglês			2	2					4	80	
		Artes	2	2							4	80	
		<b>Educação Física</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>					<b>8</b>	<b>160</b>	
	Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias	Biologia e Programas de Saúde	2	2	2	2					8	160	
		Física	2	2	2	2	2	2			12	240	
		Química	2	2	2	2	2	2			12	240	
		Matemática	2	2	2	2	2	2			12	240	
	Ciências Humanas e suas Tecnologias	História					2	1	2	2	7	140	
		Geografia					2	1	2	2	7	140	
		Relações Humanas							2		2	40	
		Sociologia		2		2		2			6	120	
		Filosofia	2		2		2				6	120	
	Subtotal de aulas semanais			16	16	16	16	14	12	6	4	100	2000
	Área Técnica	Disciplinas da Área Técnica	Introdução à Computação	4								4	80
			Eletrônica Digital		4							4	80
Redes de Computadores					4						4	80	
Análise de Circuitos I						2					2	40	
Instrumentação Eletrônica						2					2	40	
Análise de Circuitos II							3				3	60	
Eletrônica Básica							3				3	60	
Telefônica I								4			4	80	
Princípios de Telecomunicações								4			4	80	
Telefonia II									4		4	80	

	Radiotransmissão							2		2	40
	Eletrônica Aplicada							4		4	80
	Cabeamento Estruturado e Redes Telefônicas							4		4	80
	Administração de Redes de Computadores								6	6	120
	Comunicações Móveis								4	4	80
	Instalação de Equipamentos de Redes								4	4	80
	Telefonia IP								2	2	40
	Subtotal de aulas semanais	4	4	4	4	6	8	14	16	60	1200
	<b>Total de carga horária semanal</b>	20	20	20	20	20	20	20	20	160	3200

Fonte: Fonte: CUNHA, M. L.com base nas Matrizes Curriculares do IF-SC – Campus São José

A diferença das matrizes curriculares nos cursos de Refrigeração e Climatização e de Telecomunicações se dá apenas na inclusão das disciplinas das respectivas áreas técnicas, as disciplinas de formação geral são iguais para os dois cursos no tocante ao número de aulas.

A configuração do modelo pedagógico que foi implementado em 2009/2 apoiou-se em várias teóricos e referenciais disseminados a partir dos anos 90, tais como: a criatividade nas aulas de Educação Física (Celi Taffarel), a fenomenologia (Elenor Kunz), a transformação didático-pedagógica do esporte (Valter Bracht) e outros que pensavam a pedagogia crítica para a Educação Física.

### **3 A EDUCAÇÃO FÍSICA NA VISÃO DOS EDUCANDOS**

Neste capítulo apresentam-se a descrição e análise dos resultados obtidos por meio dos questionários aplicados aos alunos do ensino técnico integrado ao ensino médio nos cursos de Refrigeração e Climatização e de Telecomunicações.

Os procedimentos relativos à aplicação do questionário, como já indicado, envolveu 61 alunos (vide Apêndice I) do Curso de Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio, nas áreas de Refrigeração e Climatização e de Telecomunicações. Essa modalidade de atendimento no Ensino Médio foi selecionada pelo fato dos alunos estarem matriculados na última fase do ensino técnico integrado ao ensino médio e terem recebido todos os conteúdos relativos à Educação Física.

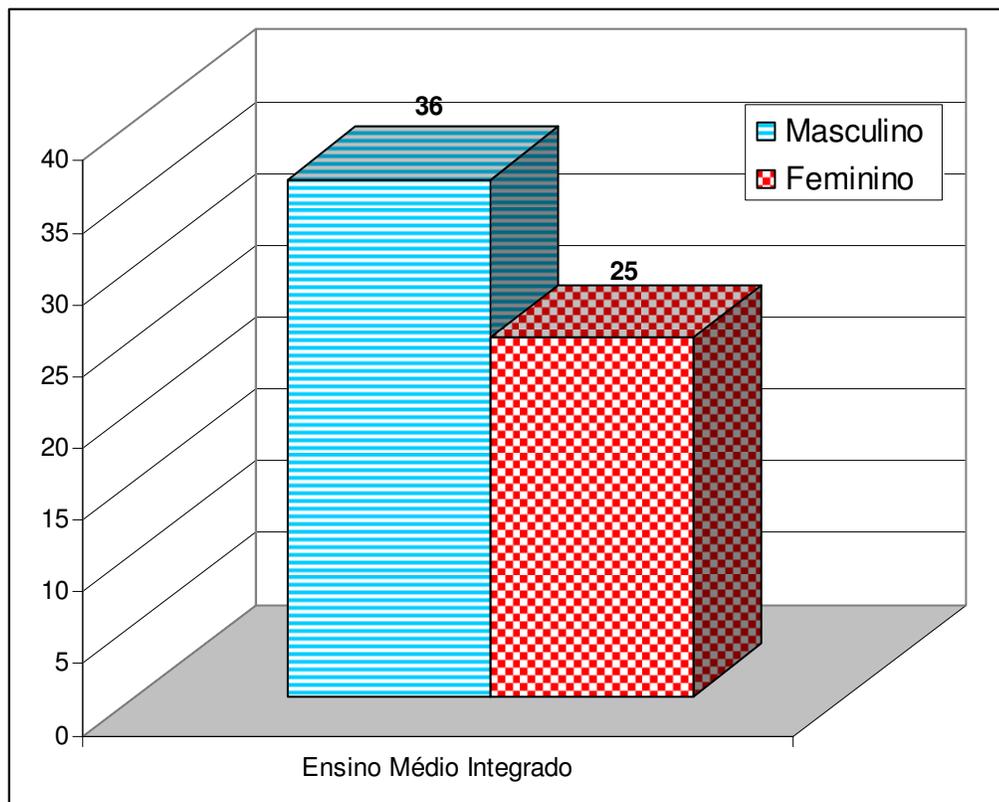
Informa-se que no ano de aplicação dos questionários o número total de alunos matriculados no Campus São José era de 1.179 alunos. Destes, 107 encontravam-se no ensino técnico integrado ao ensino médio nas áreas de Refrigeração e Climatização e Telecomunicações, contabilizadas todas as matrículas nos vários cursos ofertados, de maneira que o total de aluno na modalidade selecionada para essa enquête corresponde a 9% do total dos matriculados. E a 57% do total de alunos nos cursos de RAC e de TELE respectivamente.

#### **3.1 PERFIL DOS DEPOENTES**

As respostas permitiram verificar o perfil dos depoentes, o qual ficou assim caracterizado:

Quanto ao sexo, 36 informantes são do sexo masculino (59,0%) e 25 são do sexo feminino (41,0%), como se pode ver no Gráfico 1.

**GRÁFICO 1 – Sexo**



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com base nas respostas dos entrevistados.

a) Questão 1 – Qual o seu sexo?

b) Cursos técnicos integrados ao ensino médio na área de Refrigeração e Climatização e de Telecomunicações.

A diferença encontrada na enquete entre homens e mulheres nos Cursos de Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio confirma a proporção existente no total dos ingressantes expressa no Caderno de Indicadores de 2009 do IF-SC. No ingresso desses alunos nos cursos, observa-se uma prevalência do sexo masculino. Houve 33 matrículas em Refrigeração e Ar Condicionado, sendo 24 alunos do sexo masculino e nove do sexo feminino. Já, no curso de Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio em Telecomunicações, houve 73 alunos matriculados, 40 do sexo masculino e 33 do sexo feminino. Existe, portanto, um equilíbrio maior, entre homens e mulheres, no segundo curso em relação ao primeiro.

No entanto, no conjunto das matrículas, a proporção entre homens e mulheres respondentes não difere do perfil atendido pela instituição. (IF-SC, 2010)

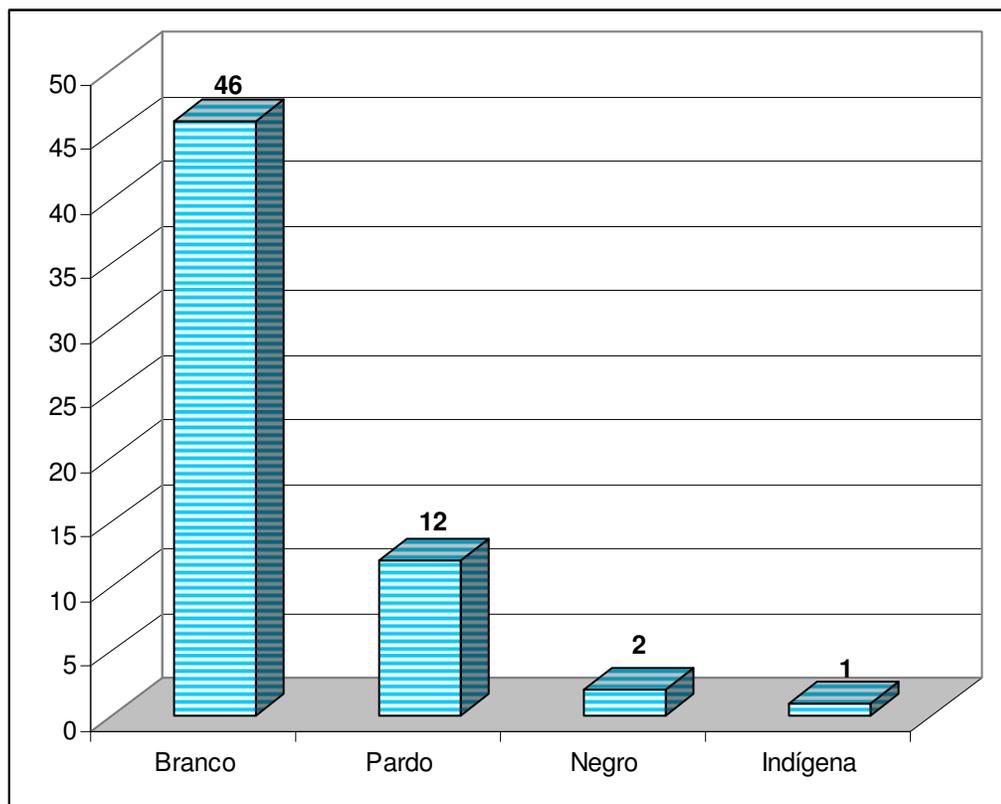
Quanto ao estado civil, todos os informantes declararam-se solteiros, fato que pode ser explicado pela baixa idade dos alunos, que estava em média dos 17 anos.

Constatou-se que 100% dos entrevistados não têm filhos. A pesquisa apontou também que,

em relação à escolaridade, os 61 respondentes declararam ter o Ensino Médio Incompleto.

Quanto à etnia do grupo de alunos entrevistados, 46 declararam-se brancos, 12 pardos, dois negros e um indígena.

**GRÁFICO 2 - Etnia**



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com base nas respostas dos entrevistados.

a) Questão 5 – Como você se considera?

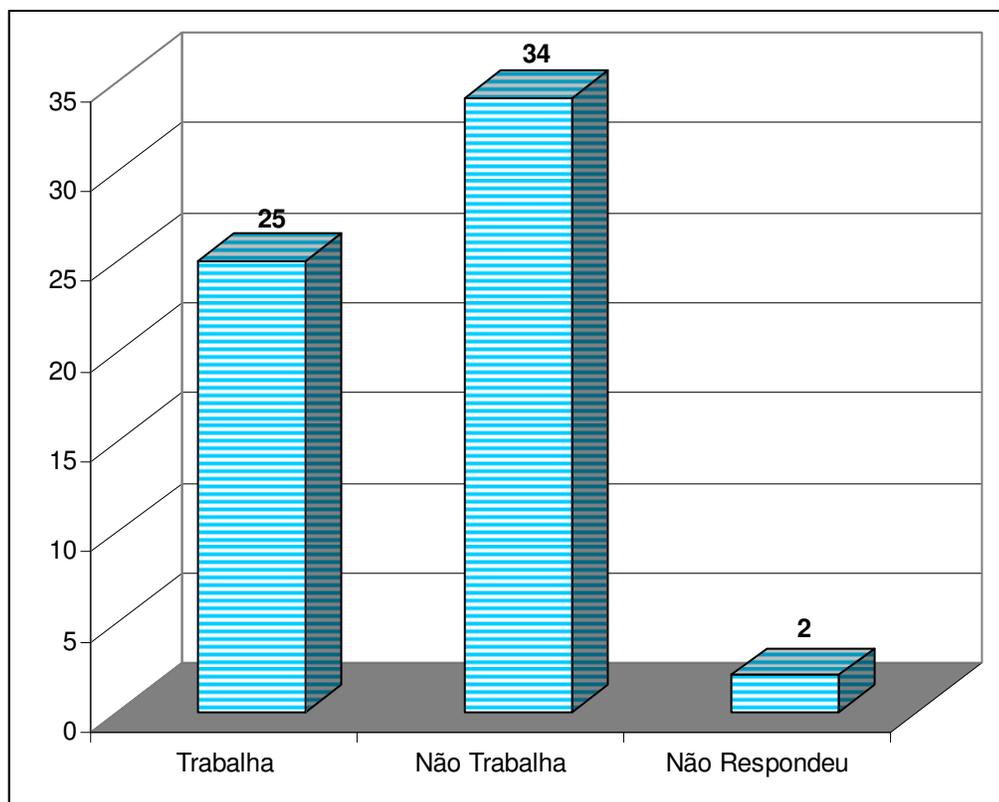
b) Cursos técnicos integrados ao ensino médio na área de Refrigeração e Climatização e de Telecomunicações.

O fato de ampla maioria dos alunos ter-se auto-declarado branco pode estar ligado à colonização do estado de Santa Catarina, em que se destaca o papel predominante de imigrantes europeus<sup>42</sup>.

<sup>42</sup> O Estado de Santa Catarina sofreu grande influência da colonização europeia continental, que ocorreu na primeira metade do século XIX. Em 1829 vieram os Alemães para São Pedro de Alcântara. Mas devido às dificuldades de manter a unidade territorial, com as lutas de independência, o dinheiro usado para a colonização foi desviado para a defesa. Só no 2º Império, a partir de 1850, foi que realmente começou a ocorrer a colonização Europeia Continental em larga escala, com pessoas que estavam em dificuldades devido à Revolução Industrial. Entretanto, a colonização europeia insular (arquipélago dos Açores), ocorreu no século XVIII, em 1748- 1750, quando vieram para cá cerca de 5.000 europeus insulares,1850.

Perguntados sobre as suas atividades diárias, 26 alunos declararam que trabalham (42,6%), 33 que não trabalham (54,09%) e dois não responderam. Diante desse resultado, pode-se considerar um número bastante significativo de alunos trabalhadores, ainda que não tenham concluído o Ensino Médio e que frequentem cursos diurnos, conforme o expresso no Gráfico 3.

**GRÁFICO 3 – Atividades diárias**



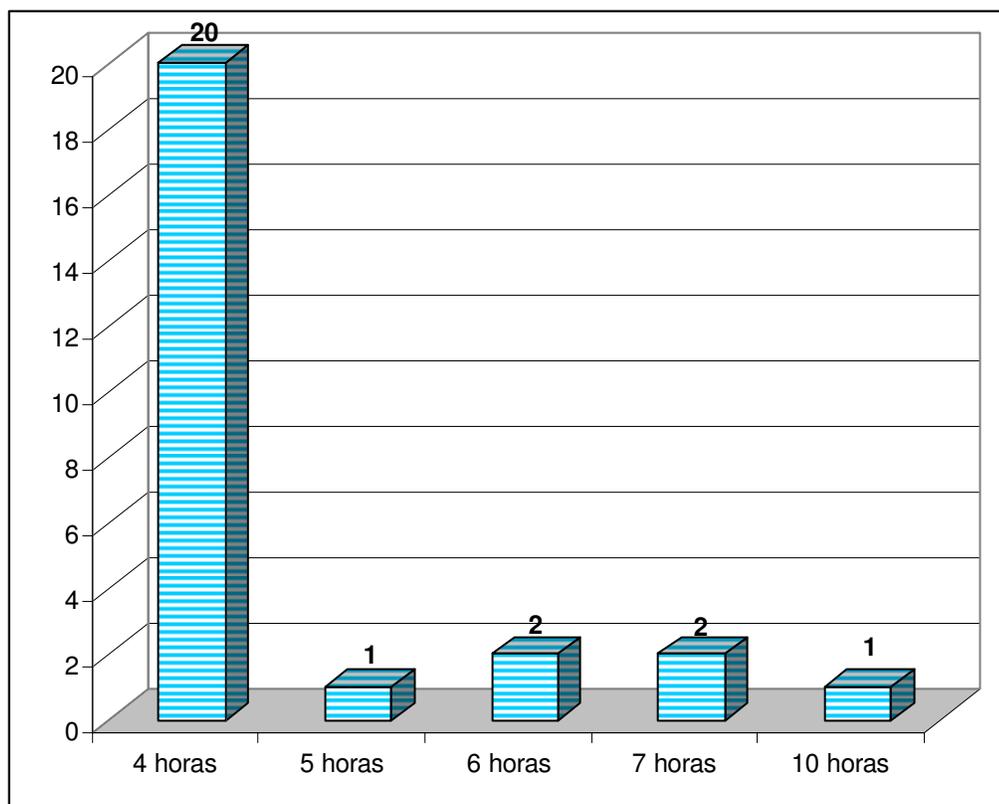
Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com base nas respostas dos entrevistados.

a) Questão 13 – Em relação as suas atividades diárias, você?

b) Cursos técnicos integrados ao ensino médio na área de Refrigeração e Climatização e de Telecomunicações.

Quando perguntados sobre a quantidade de horas trabalhadas por dia, entre os 25 informantes que trabalham, 21 responderam que trabalham quatro horas diárias, um trabalha duas horas, um trabalha cinco horas, um trabalha seis horas e um aluno respondeu que trabalha sete horas diárias.

**GRÁFICO 4 – Horas trabalhadas diariamente**



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com base nas respostas dos entrevistados.

a) Questão 14 – Quantas horas você trabalha por dia?

b) Cursos técnicos integrados ao ensino médio na área de Refrigeração e Climatização e de Telecomunicações.

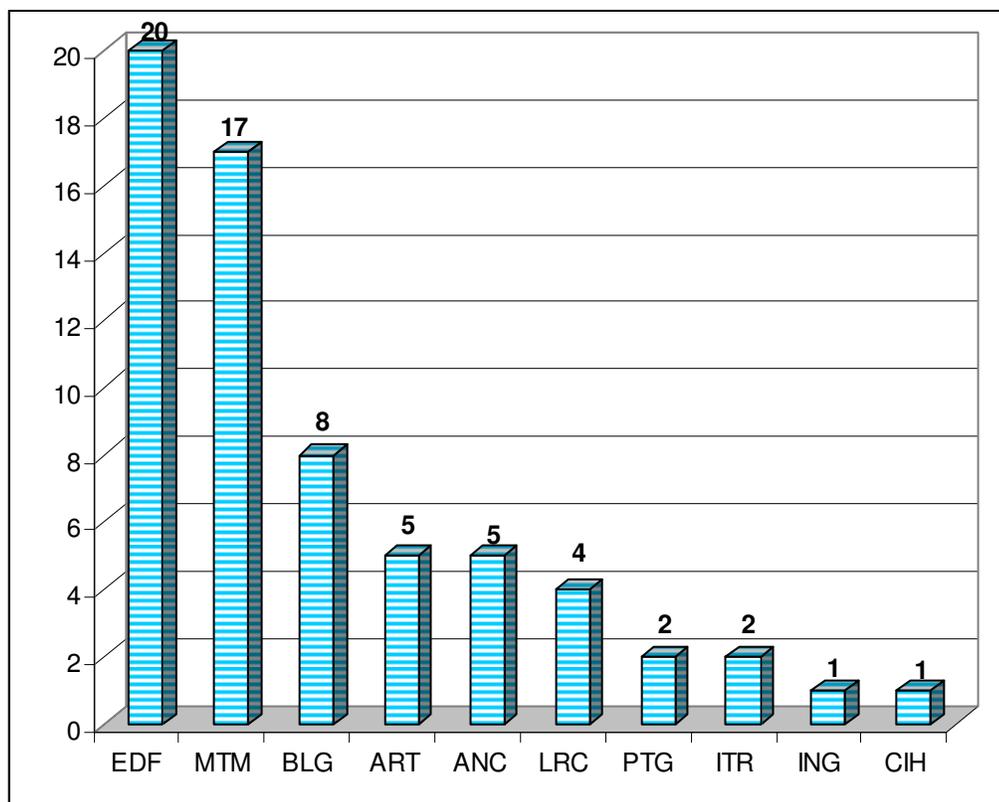
Há uma diferença considerável entre os alunos trabalhadores com jornada de quatro horas diárias e os demais alunos trabalhadores. Ainda assim, se levar em consideração que as atividades letivas diárias previstas para o Ensino Médio Integrado são de quatro horas, têm-se 41% dos respondentes com uma carga de atividades de 8 horas diárias. Tal constatação pode ter relação direta com a necessidade de complementação de renda da família.

### 3.2 INFORMAÇÃO SOBRE O CURRÍCULO

Perguntados sobre quais as cinco disciplinas de que mais “gostam”, no Curso de Ensino Médio Integrado ao Ensino Técnico. Considerando a primeira opção, a Educação Física ficou em primeiro lugar, sendo indicada por 20 alunos do total de 61 alunos, totalizando 32%, seguida por Matemática com 17 alunos, correspondendo 27%; em terceiro a disciplina Biologia indicada por oito alunos com 13%, em quarto lugar as disciplinas de Artes e de Análise de Circuitos indicadas

por cinco alunos com 8%, em sexto lugar as disciplinas de Instrumentação Eletrônica e Português com duas indicações, resultando em 6% e em sétimo lugar ficaram as disciplinas de Ciências Humanas e Inglês tiveram apenas uma indicação, representando 1,63%, enquanto que a disciplina de Química não obteve nenhuma escolha ou indicação.

**GRÁFICO 5 – Disciplinas que os alunos mais gostam em primeiro lugar**



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com base nas respostas dos entrevistados.

a) Questão 6 – Coloque em ordem numérica de 1 a 5 as disciplinas que você mais gosta?

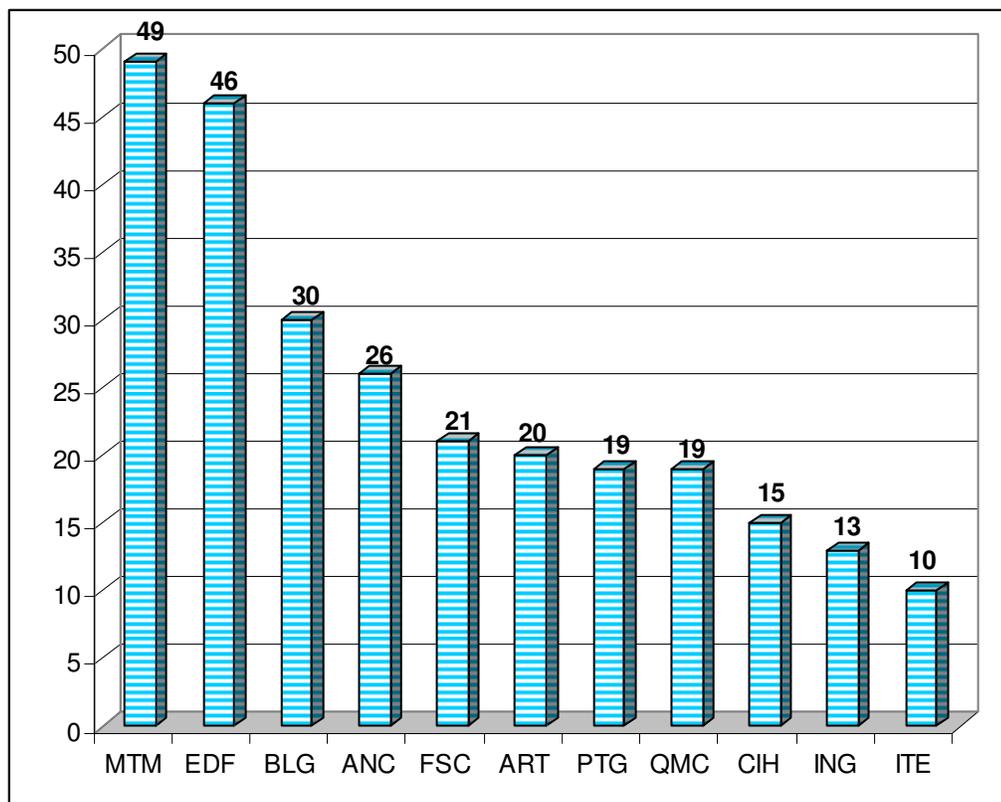
b) Cursos técnicos integrados ao ensino médio na área de Refrigeração e Climatização e de Telecomunicações.

Em relação às disciplinas que mais gostam (múltiplas indicações), considerando que os alunos podiam optar por até cinco disciplinas, o resultado apresentado foi o seguinte: com 49 indicações correspondendo a 19,36% dos entrevistados, Matemática ficou em primeiro lugar; segundo Educação Física com 46 em termos percentuais 18,18%; terceiro Biologia com 30 indicações, correspondendo a 11,85% dos entrevistados; quarto Análise de Circuitos com 26 o que correspondeu a 10,27%; em quinto lugar Física com 21 totalizando 8,30%; em sexto lugar Artes com 20 indicações o que significa 7,90% dos entrevistados; em sétimo, ficaram empatadas as disciplinas de Português e Química com 19 indicações o que representa 7,50% dos

entrevistados; em oitavo lugar Ciências Humanas com 15 indicações o que representa 5,92% dos entrevistados; em nono lugar Inglês com 13 indicações representando 5,13%; e em décimo lugar ficou Instrumentação Eletrônica com 10 indicações o que representa 3,95% dos entrevistados. Apenas quatro alunos apontaram as disciplinas de Refrigeração e Climatização sendo quatro indicações para Laboratório de Refrigeração e Ar Condicionado representando 1,53% do somatório das respostas obtidas entre todos os entrevistados.

Ressalte-se que as disciplinas citadas constavam da Matriz Curricular em 2011, no período de aplicação do questionário, e compreendem a quarta-fase do Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio de Refrigeração e Climatização e de Telecomunicações.

**GRÁFICO 6 – Disciplinas que os alunos mais gostam (múltiplas indicações)**



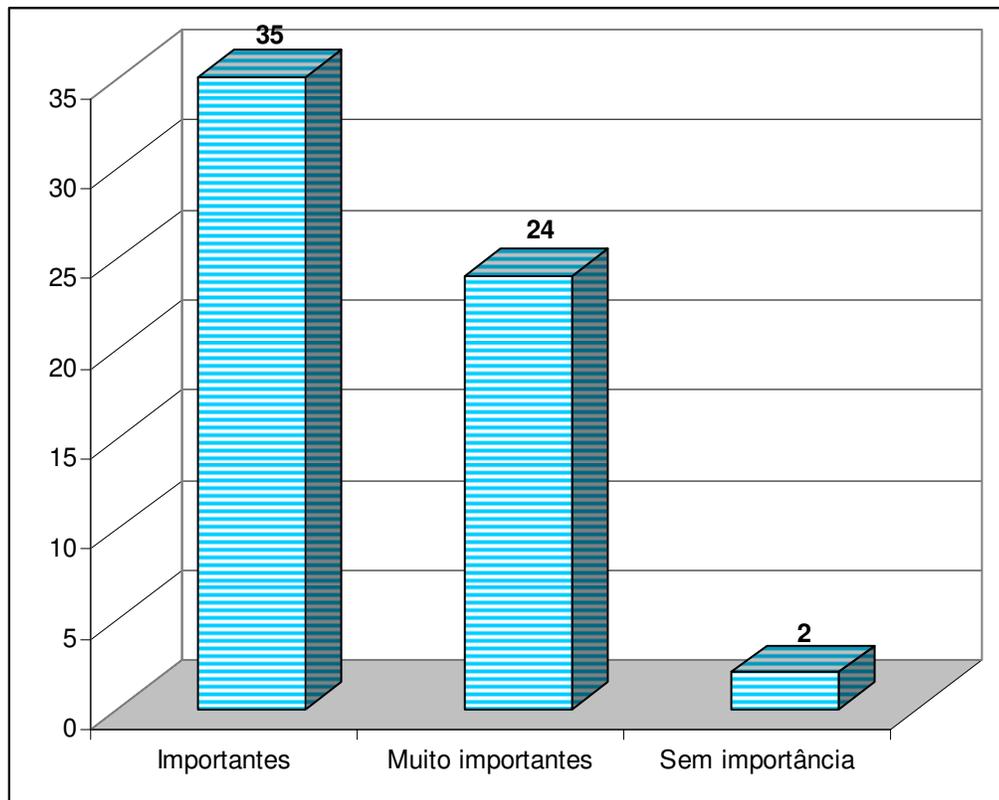
Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com base nas respostas dos entrevistados.

- a) Questão 6 – Coloque em ordem numérica de 1 a 5 as disciplinas que você mais gosta?
- b) Cursos técnicos integrados ao ensino médio na área de Refrigeração e Climatização e de Telecomunicações.

Com o objetivo de hierarquizar a relevância atribuída às aulas de Educação Física pelos alunos perguntou-se sobre sua importância na matriz curricular, 35 responderam que as aulas são importantes, 24 responderam que são muito importantes e dois responderam que disciplina é sem

importância.

**GRÁFICO 7 – Importância das aulas de Educação Física**



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com base nas respostas dos entrevistados.

a) Questão 8 – Você considera que as aulas de Educação Física são?

b) Cursos técnicos integrados ao ensino médio na área de Refrigeração e Climatização e de Telecomunicações.

### 3.3 ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO FÍSICA

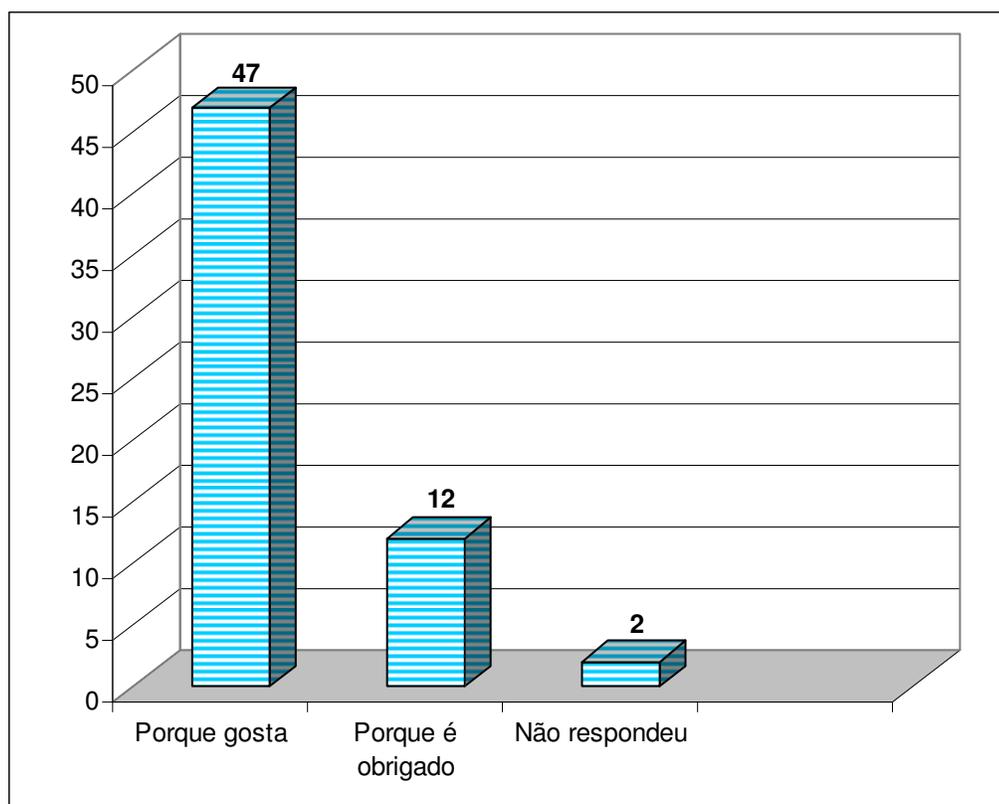
Na questão fechada “Com que frequência você participa ou participou das aulas de Educação Física?”, todos os 61 responderam que frequentam as aulas. Tendo em vista a obrigatoriedade da Educação Física o resultado apresentado tem ligação direta com o que preconiza a LDB no artigo 26 parágrafo 3º.

A Educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno: I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; II – maior de trinta anos de idade; III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado

à prática da educação física; IV – amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969; VI – que tenha prole. (BRASIL, Lei 9.394/1996)

Na questão fechada, “Por que você particip(a) ou particip(ou) das aulas de Educação Física?”, 12 alunos responderam que participam porque são obrigados, 47 responderam porque gostam e dois alunos não responderam.

**GRÁFICO 8 – Por que participa(va) das aulas de Educação Física**



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com base nas respostas dos entrevistados.

a) Questão 9 – Por que você particip(a), (ou) das aulas de educação física?

b) Cursos técnicos integrados ao ensino médio na área de Refrigeração e Climatização e de Telecomunicações.

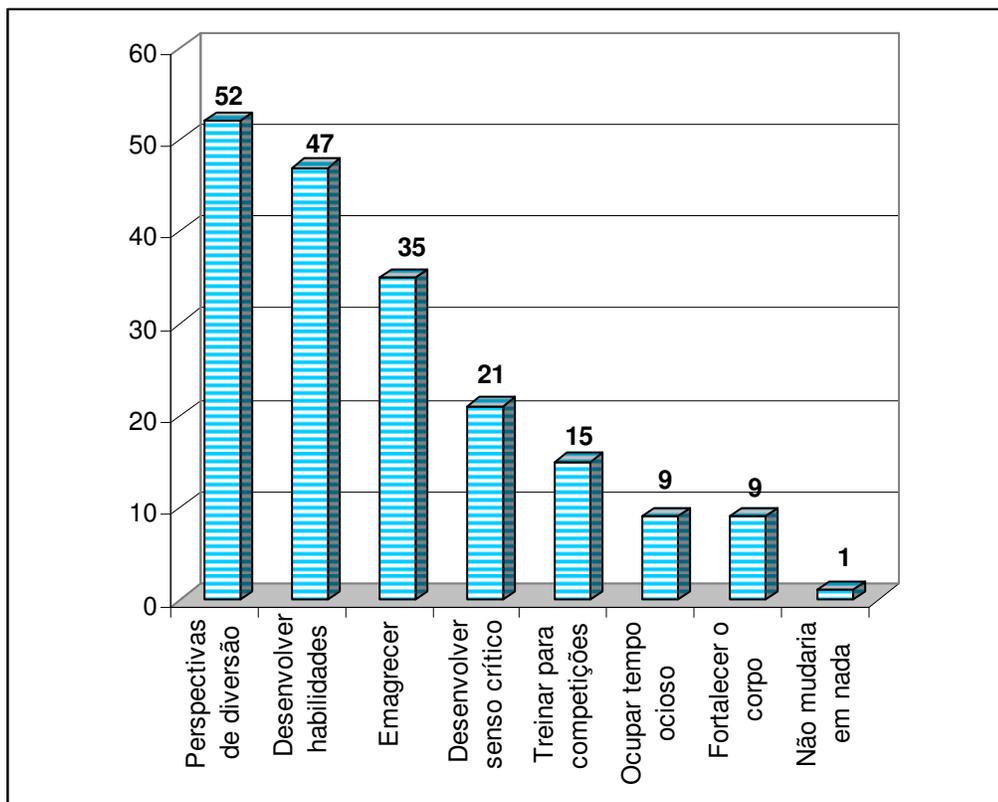
Se relacionarmos a explicação dada pelos alunos para frequentar às aulas, podemos perceber que do total, apenas 19,67% referiam-se à obrigatoriedade como condição para a frequência, sendo que 77,04% justificaram sua participação nas aulas por opção e 3,27% não responderam. A opção “por orientação médica” não foi indicada por nenhum dos entrevistados.

### 3.4 CONSEQUÊNCIAS NA VIDA

Na questão fechada: que buscou identificar junto aos alunos a função que estes atribuíam à Educação Física para sua vida, obteve-se a seguinte configuração:

Do total de alunos que responderam o questionário, 52 responderam que teriam a perspectiva de se divertir nas aulas, 47 disseram que poderiam desenvolver as suas habilidades, 35 poderiam emagrecer durante as aulas, 21 responderam que poderiam desenvolver o senso crítico, 15 treinar para competição, nove poderiam ocupar o tempo ocioso, nove poderiam fortalecer o corpo e um aluno disse que não mudaria em nada. Considerando o somatório de todas as respostas obtidas tivemos em termos percentuais o seguinte resultado: 27,51% sinalizaram que teriam perspectivas de diversão, 24,86% consideraram que poderiam desenvolver habilidades, 18,51% consideraram que poderiam emagrecer 11,11% que poderiam desenvolver seu senso crítico, 7,93% que poderiam treinar para competições, 4,76% ocupar o tempo ocioso e fortalecer o corpo e apenas 0,52% considerou que participando das aulas de Educação Física, não mudaria em nada.

**GRÁFICO 9 – Perspectivas em relação às aulas de Educação Física**



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com base nas respostas dos entrevistados.

a) Questão 10 –: Participando das aulas de Educação Física, você acredita que:

b) Cursos técnicos integrados ao ensino médio na área de Refrigeração e Climatização e de Telecomunicações.

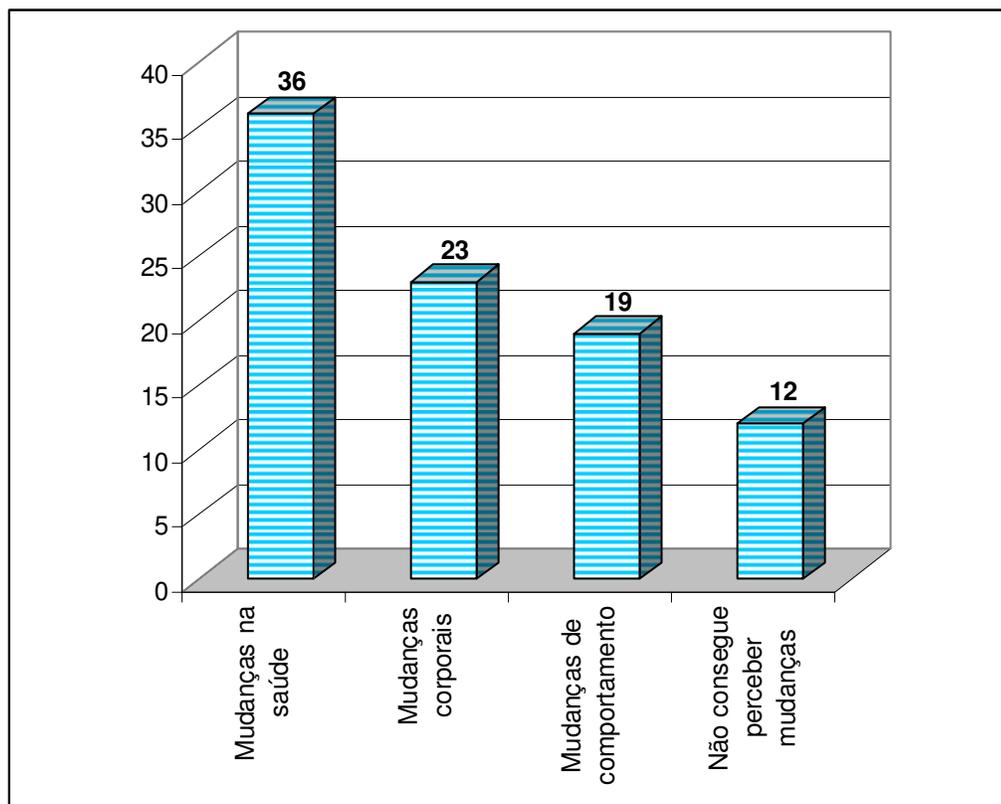
Considerando as respostas obtidas junto aos alunos envolvidos na pesquisa, analisando as duas opções mais escolhidas, vemos que a diferença entre perspectivas de diversão com 52 respondentes e desenvolver habilidades com 47 é bem pequena. Logo em termos percentuais, a diferença constatada também é pequena, sendo que 27,51% e 24,86%. Esta diferença expressa de certa forma alguns objetivos intrínsecos que a disciplina Educação Física possui.

### 3.5 MUDANÇAS PERCEBIDAS

Na questão aberta “Que mudanças você consegue perceber em sua formação a partir da prática da Educação Física?”, do universo dos respondentes, 36 alunos responderam que conseguiam perceber mudanças na saúde, 23 responderam que conseguiam perceber mudanças corporais, 19 alunos conseguiam perceber mudanças de comportamento e 12 não conseguiram

perceber nenhuma mudança. Um aluno relatou que não conseguia perceber mudanças, com apenas duas aulas semanais.

**GRÁFICO 10 – Mudanças percebidas a partir da prática da Educação Física**



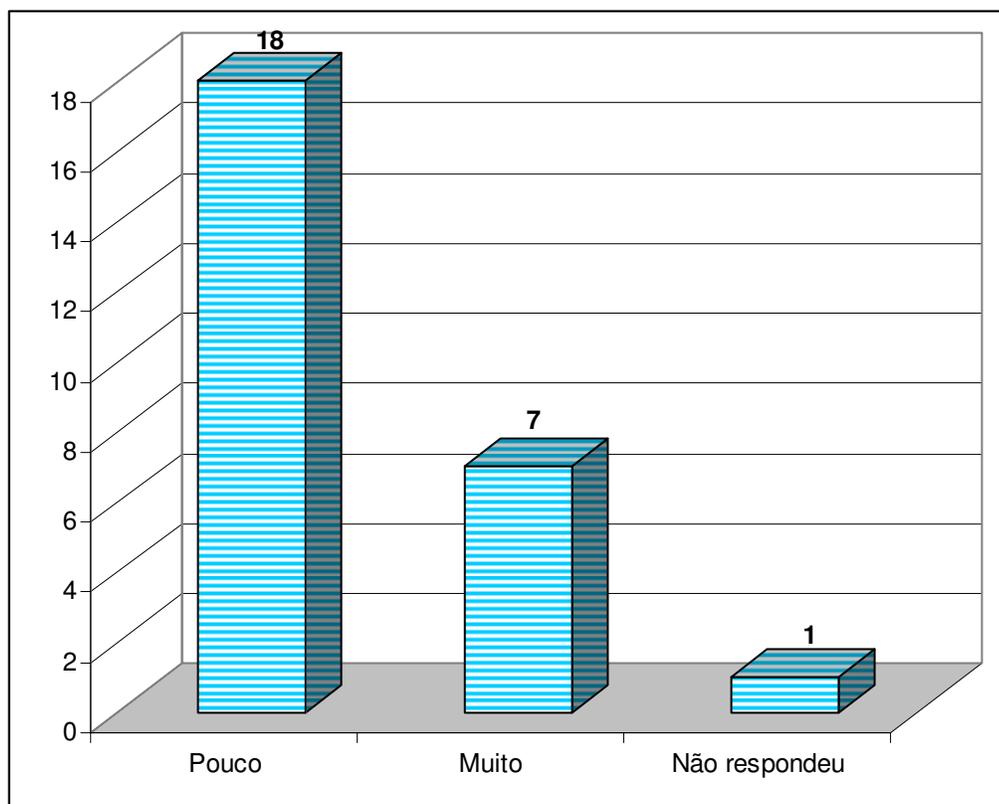
Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com base nas respostas dos entrevistados.

- a) Questão 10 -: Que mudanças você consegue perceber em sua formação a partir da prática da educação física?
- b) Cursos técnicos integrados ao ensino médio na área de Refrigeração e Climatização e de Telecomunicações.

### 3.6 RELAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA E A ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Perguntado se acreditam que os conteúdos ensinados nas aulas de Educação Física podem ajudar em seu trabalho, dos 25 alunos trabalhadores, sete responderam que podem ajudar muito, 18 alunos responderam que podem ajudar pouco. Um aluno não respondeu.

**GRÁFICO 11 – Ajuda da Educação Física no desempenho do trabalho**



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com base nas respostas dos entrevistados nos cursos técnicos integrados ao ensino médio.

a) Questão 13 –: Você acredita que os conteúdos ensinados nas aulas de educação física, podem ajudar em seu trabalho?

b) Cursos técnicos integrados ao ensino médio na área de Refrigeração e Climatização e de Telecomunicações.

Quando perguntados se eles acreditam que os conteúdos ensinados na Educação Física podem ajudá-los em seu trabalho, verifica-se que houve grande diferença em favor daqueles que consideraram que os conteúdos ensinados ajudavam pouco, em relação àqueles que acreditaram que os conteúdos ajudavam muito em seu trabalho.

Em relação às respostas dos alunos entrevistados, colocando a prática da Educação Física numa relação direta com trabalho: apareceu em primeiro lugar, “Ativo” com cinco indicações; em segundo empatadas “Disciplina e Postura” com quatro indicações, seguidas de “Resistência e Disposição” empatadas com duas indicações cada. Nas respostas relacionadas com o trabalho em grupo obteve 10 indicações.

Nas respostas relacionadas à “Qualidade de Vida e Combate ao Stress” teve-se apenas uma indicação cada e por fim três alunos disseram que não acreditam que a Educação Física possa ajudar no desenvolvimento de seus trabalhos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal deste trabalho foi apresentar e refletir sobre o percurso da Educação Física no Instituto Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina (IF-SC) - Campus São José.

Conforme relatado nesta pesquisa, o Campus São José foi construído a partir de 1988 por meio do Programa de Expansão do Ensino Técnico (PROTEC). Este programa tinha como objetivo principal descentralizar o ensino técnico no Brasil, neste caso Santa Catarina foi premiada com uma Unidade de Ensino Descentralizada a UNED/São José, atualmente Campus São José.

O início das atividades foi possível graças a um convênio firmado pela Prefeitura Municipal de São José e a Escola Técnica Federal de Santa Catarina, e pelo empenho das pessoas envolvidas neste processo. Acreditamos que este trabalho colaborou para o registro de informações sobre a história do Campus São José, situação que pode auxiliar em pesquisas futuras.

A pesquisa permitiu identificar as alterações no marco legal decorrentes da LDB/1996 que incidiram na re-organização dos currículos dos cursos de ensino técnico integrado, com destaque para os Decretos Federais 2.208/1997 e 5.154/2004. Além disso, importa frisar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 trouxe mudanças substanciais para a educação nacional e, no que interessa diretamente a este trabalho, tornou a Educação Física componente curricular obrigatório na base nacional comum, integrando-a à jornada de trabalho escolar que passou a ter 200 dias letivos e carga horária de 800 horas anuais. (BRASIL, Lei 9.394/96, Art. 24)

No Campus São José, a inserção da Educação Física como componente curricular obrigatório resultou na oferta das aulas desta disciplina no mesmo turno em que o aluno estudava e estuda atualmente, ainda assim nos cursos analisados, durante o período de 1988 a 2000, as aulas foram ofertadas em período oposto ao de matrícula do aluno.

Buscou-se compreender como as alterações decorrentes da portaria 646/1997 do MEC, que tinha como objetivo principal regulamentar a implantação do disposto nos artigos 39 a 42 da Lei Federal nº 9.394/1996 e do Decreto Federal nº 2.208/1997 foram incorporadas nos planos de

ensino e de cursos do Campus São José.

Com a implantação do Decreto Federal nº 2.208/1997, como descrito no primeiro capítulo deste trabalho, promoveu-se a separação entre o ensino técnico e o ensino médio regular. Como consequência no Campus São José observou-se o aumento das matrículas no ensino técnico, dado ser objetivo do referido decreto reforçar o aumento desta modalidade de ensino, e a diminuição da evasão dos alunos no ensino médio regular.

Ainda em relação aos reflexos decorrentes da implantação do Decreto Federal nº 2.208/1997, podemos salientar que a reformulação adotada diminuiu a oferta da carga horária da Educação Física no curso de ensino médio regular, ao mesmo tempo em que permitiu a incorporação das aulas desta disciplina no interior da matriz curricular a partir de 2001. Tal situação, em nosso entender, apresenta-se como aspecto positivo, tendo em vista que durante período anterior, às aulas da Educação Física atribuía-se um tratamento secundarizado, ilustrado pela sua oferta em turno oposto ao da frequência regular dos alunos.

Além disso, expressão desta nova condição pode ser percebida na limitação das dispensas por motivos de saúde, pois os todos os alunos, inclusive os portadores de necessidades educacionais especiais, passaram a ser convidados a participar ao menos das aulas teóricas.

A pesquisa possibilitou também identificar como as alterações decorrentes das orientações legais foram incorporadas no trato atribuído à Educação Física pelos Projetos Pedagógicos e matrizes curriculares do IF-SC - Campus de São José, dos cursos de Refrigeração e Climatização e de Telecomunicações.

Constatou-se que a revogação do Decreto Federal nº 2.208/1997 e na implantação do Decreto Federal nº 5.154/2004 possibilitou a integração novamente do ensino técnico com o ensino médio. Reestruturando o ensino técnico e acabando com a oferta do ensino médio regular em toda rede federal.

A enquete desenvolvida junto aos alunos matriculados nos cursos de ensino técnico integrado ao ensino médio (Refrigeração e Climatização e de Telecomunicações) possibilitou levantar a posição dos mesmos a respeito do papel da Educação Física para sua formação. Pudemos analisar o perfil destes alunos e também as repostas obtidas junto ao grupo investigado, destacando que a maioria são brancos e do sexo masculino, com idade média de 17 anos. Permitiu também acessar informações sobre a situação dos mesmos em relação ao mercado de trabalho, agrupando-os em alunos trabalhadores e não trabalhadores. Os dados nos informam que

a maioria dos alunos investigados é de não-trabalhadores, fato que pode estar ligado à baixa idade dos mesmos.

Constatou-se ainda que a maioria dos alunos trabalhadores atua em jornadas de trabalho de quatro horas, ou seja, o grupo de estudantes do ensino técnico integrado ao ensino médio do Campus São José tem uma jornada diária de oito horas, considerando a jornada laboral de quatro horas e às quatro horas de frequência à escola.

Quanto ao papel desempenhado pela disciplina de Educação Física podemos destacar que a Educação Física foi a primeira disciplina indicada na preferência dos alunos. Mesmo com a obrigatoriedade em participar das aulas de Educação Física, os alunos, em sua maioria, optaram por dizer que a praticam porque gostam e também que a consideram importante como componente curricular. Conseguimos perceber, em consonância com as respostas obtidas, que a Educação Física promove mudanças corporais significativas.

A enquete nos informou também que a disciplina Educação Física é percebida como um espaço e um tempo no funcionamento da escola que garantem condições para que os estudantes, jovens em sua maioria, se divirtam e interajam. Tal percepção amplia, em nosso entender, os objetivos atribuídos formalmente à disciplina pelos programas escolares. Em outras palavras, as respostas apresentadas pelos alunos indicam também que, dos objetivos preconizados nos planos de ensino da disciplina, aqueles relacionados ao lazer e à melhoria de suas habilidades para o desenvolvimento de modalidades esportivas são mais claramente identificados.

Por outro lado, as respostas nos permitiram perceber que a disciplina Educação Física incide pouco na atuação profissional dos alunos trabalhadores investigados e que os conteúdos ensinados não tem relação direta com o desenvolvimento das atividades laborais desempenhadas por estes alunos no período de realização desta investigação. As repostas indicaram ainda que o conteúdo abordado pela disciplina não tem, para os estudantes, relação direta com as futuras ocupações dos depoentes.

Dos alunos respondentes, matriculados nos cursos de ensino médio integrado, 57,37% pronunciaram-se pela importância da Educação Física em sua formação. Acreditamos que estas indicações podem auxiliar na reflexão sobre o futuro da disciplina Educação Física no ensino técnico integrado ao ensino médio e ao nos oferecer pistas sobre o cumprimento das finalidades formalmente declaradas em seus programas de ensino.

Acreditamos ainda que este trabalho colaborou para a documentação da trajetória do

Campus São José, minimizando dificuldades de futuras investigações tendo em vista as dificuldades no acesso a dados sistematizados sobre a história deste Campus.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. V. **Da Escola de Aprendizes Artífices ao Instituto Federal de Santa Catarina.** Reed. Ver. e atual. Florianópolis: Publicações do IF – SC, 2010.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional.** Brasília: Liberlivros, 2005. 70 p.

BRASIL, Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases.** Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/109224/lei-de-diretrizes-e-bases-lei-9394-96>>. Acesso em: 27 jul. 2011.

BRASIL, Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004. **Regulamenta o § 2º do Art. 36 e os Arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm)>. Acesso em: 23 jul. 2011.

BRASIL, MEC. Portaria 646, de 14 de maio de 1997. **Regulamenta a implantação do disposto nos artigos 39 a 42 da Lei Federal n. 9.394/96 e no Decreto Federal n. 2.208/97 e da outras providências.** Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PMEC646\\_97.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PMEC646_97.pdf)>. Acesso em: 27 jul. 2011.

\_\_\_\_\_, MEC. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.** 2008. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico\\_educacao\\_profissional.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf)>. Acesso em: 25 set. 2011.

\_\_\_\_\_, MEC. **Educação profissional técnica de nível médio Integrada ao ensino médio.** Documento Base. 2007. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento\\_base.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf)>. Acesso: 27 jul. 2011.

\_\_\_\_\_, MEC. SETEC. **Relatório de avaliação do plano de expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica.** 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/relatplano.pdf>>. Acesso em 26 set. 2011.

CANTÚ, E. **Projeto pedagógico do curso técnico integrado de refrigeração e climatização.** Março 2009. Disponível em: <[http://cmap.ifsc.edu.br/rid=1HQVQJCFD-1R5CPQ6-PST/Tecnico\\_Integrado\\_ao\\_Medio](http://cmap.ifsc.edu.br/rid=1HQVQJCFD-1R5CPQ6-PST/Tecnico_Integrado_ao_Medio)>. Acesso em: 27/03/2012.

CASTELLANI FILHO, L.. **Política educacional e educação física.** Campinas – SP: Autores Associados, 1998.

FRIGOTTO, G; CIAVATTA M.; RAMOS, M.. **A política de A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controverso.** Educação & Sociedade.

Vol. 26 n.º. 92 Campinas out. 2005. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302005000300017](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302005000300017)>. Acesso: 23/03/2011.

\_\_\_\_\_. Ensino Médio Integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

GHIRALDELLI JR., P. **Educação Física Progressista: A pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos e a Educação Física Brasileira.** São Paulo – SP. Loyola, 1991. 64 p.

GOIS JR., Edvaldo. 2000. **Os higienistas e a educação física: a história dos seus ideais.** 183 f.. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro.

IF-SC. 2007. **Estatuto do CEFET/SC.** Disponível em:  
<[http://wiki.sj.cefetsc.edu.br/wiki/images/7/74/Novo\\_Estatuto\\_CEFETSC.pdf](http://wiki.sj.cefetsc.edu.br/wiki/images/7/74/Novo_Estatuto_CEFETSC.pdf)>. Acesso em: 29 set. 2011.

\_\_\_\_\_. 2008. **Histórico do IF-SC.** Disponível em:  
<<http://www.ifsc.edu.br/institucional/missao?id=152>>. Acesso em: 28 set. 2011.

\_\_\_\_\_. 2008. **Missão, Finalidade e Histórico.** Disponível em: <  
<http://www.ifsc.edu.br/institucional/missao>>. Acesso em: 28 set. 2011.

\_\_\_\_\_. **Caderno de Indicadores.** IF-SC Campus São José. 2010.

\_\_\_\_\_. PPC. **Plano do Curso Técnico Integrado de Refrigeração e Climatização.** Campus São José. 2009. 37 f.

OLIVEIRA, Vitor Marinho de. **O que é educação física.** 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TUPPY, M. I. N.. **Educação Profissional.** In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, T. M. F. (orgs). **Organização do Ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB.** São Paulo: Xamã, 2002.

RAMOS, M. A **Concepção do Ensino Médio Integrado.** Técnico em Administração Col. Wilson Joffre. Revista eletrônica. Set 2008. Disponível em:  
<<http://tecnicadmiwj.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-medio-integrado-marise-ramos1.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2011.

## **APÊNDICE I – Questionário**

### **QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO SOBRE: O PERCURSO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA - CAMPUS SÃO JOSÉ**

**Caro Aluno(a).**

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa que tem o objetivo de investigar o percurso da Educação Física no Instituto Federal de Santa Catarina - Campus São José. Trata-se de um questionário que poderá fornecer informações que contribuirão na soma de conhecimentos científicos que auxiliarão na compreensão do papel que a Educação Física desenvolve numa escola de ensino técnico integrado ao ensino médio. Seus dados serão tratados com total sigilo.

Contamos com sua colaboração.

**Prof. Marcílio Lourenço da Cunha - MINTER - UNICAMP/IF-SC**

#### **ORIENTAÇÕES PARA O PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO**

- a) Responda todas as questões. Opte sempre pela(s) alternativa(s) que mais se aproxima(m) de sua condição, opinião ou atitude. Há itens das questões, que você poderá optar por mais de uma alternativa;
- b) Não coloque seu nome ou qualquer tipo de identificação pessoal. Sua identidade não deve ser exposta, pois o que interessa é sua franca opinião. Terminado o questionário devolva diretamente ao pesquisador responsável.

## CARACTERIZAÇÃO DO PARTICIPANTE

**1) Qual o seu sexo?**

- Feminino  
 Masculino

**Outro:** \_\_\_\_\_

**2) Qual seu estado civil?**

- Solteiro(a)  
 Casado(a) / mora com um(a) companheiro(a)  
 Separado(a) / divorciado(a) / desquitado(a)  
 Viúvo(a)

**3) Você tem filhos?**

- Sim  
 Não

Quantos? \_\_\_\_\_

**4) Qual é seu nível de escolaridade:**

- Ensino médio integrado incompleto  
 Ensino técnico incompleto

**5) Como você se considera:**

- Branco(a)  
 Pardo(a)  
 Negro(a)  
 Amarelo(a)  
 Indígena

**6) Coloque em ordem numérica de 1 a 5 as disciplinas que você mais gosta?**

1- \_\_\_\_\_

2- \_\_\_\_\_

3- \_\_\_\_\_

4- \_\_\_\_\_

5- \_\_\_\_\_

**7) Com que frequência você participa ou participou das aulas de Educação Física em sua escola?**

- Sempre  
 Às vezes  
 Nunca

**8) Você considera que as aulas de Educação Física são?**

- Muito importantes
- Importantes
- Sem importância nenhuma

**9) Por que você particip(a), (ou) das aulas de educação física?**

- Por que é obrigado
- Por que gosta
- Por orientação médica

**10) Participando das aulas de Educação Física, você acredita que:**

- Poderá melhorar sua saúde
- Poderá se divertir
- Poderá emagrecer
- Ficará mais habilidoso
- Poderá ocupar o tempo
- Ficará mais forte
- Poderá treinar para competições
- Ficará mais consciente de seu papel na sociedade
- Não vai mudar em nada

**11) Que mudanças você consegue perceber em sua formação a partir da prática da educação física?**

- Mudanças corporais
- Mudanças na sua saúde
- Mudanças de comportamento
- Não consegue perceber nenhuma mudança

**12) Em relação as suas atividades diárias, você trabalha:**

- Sim
- Não

**13) Quantas horas você trabalha por dia?**

- 4 horas
- 5 horas
- 6 horas
- 7 horas
- 8 horas

**Outra:** \_\_\_\_\_

**14) Você acredita que os conteúdos ensinados nas aulas de educação física, podem ajudar em seu trabalho?**

- Muito
- Pouco

**Outra:** \_\_\_\_\_

**15) Em que você acredita que a educação física pode ajudar no desenvolvimento de seu trabalho?**

**R:** \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

## **APÊNDICE II – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP  
PROGRAMA DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO MINTER – UNICAMP/IF-SC**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

**Título do Projeto: o percurso da Educação Física no Instituto Federal de Santa Catarina - Campus São José.**

**O (a) Senhor(a) está sendo convidado a participar de um estudo que tem o objetivo de investigar o percurso da Educação Física no Instituto Federal de Santa Catarina - Campus São José. Sua participação compreende preencher o questionário anexado a este termo. Todas as informações que possam identificar os participantes serão mantidas em absoluto sigilo, pois o que nos interessa são os dados coletados.**

**Agradecemos sua participação e colaboração.**

#### **Termo de Consentimento**

**Declaro ainda que fui informado sobre todos os procedimentos da pesquisa: o percurso da Educação Física no Instituto Federal de Santa Catarina - Campus São José, bem como sobre o fato de que os dados que possam identificar-me serão excluídos do texto uma vez que minha identidade não será revelada. Por fim, declaro que tomei ciência de que posso sem quaisquer penalidades recusar-me a responder ao questionário apresentado.**

**Nome: \_\_\_\_\_**

**Assinatura: \_\_\_\_\_**